

ATA DA SEXAGÉSIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, EM 04-7-2018.

Aos quatro dias do mês de julho do ano de dois mil e dezoito, reuniu-se, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, André Carús, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Fabrício Lunardi, Fernanda Melchionna, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Lourdes Sprenger, Moisés Barboza, Mônica Leal, Paulo Brum e Prof. Alex Fraga. Constatada a existência de quórum, a Presidenta declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Sessão, registraram presença Adeli Sell, Cláudio Janta, Dr. Thiago, Elizandro Sabino, Marcelo Sgarbossa, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Márcio Bins Ely, Paulinho Motorista, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes, Roberto Robaina, Rodrigo Maroni, Sofia Cavedon e Tarciso Flecha Negra. A seguir, foi apregoado o Ofício nº 585/18, do Prefeito, encaminhando o Projeto de Lei do Executivo nº 008/18 (Processo nº 1110/18). Durante a Sessão, foram aprovadas as Atas da Décima Nona, Vigésima, Vigésima Primeira, Vigésima Segunda, Vigésima Terceira, Vigésima Quarta, Vigésima Quinta, Vigésima Sexta, Vigésima Sétima, Vigésima Oitava, Vigésima Nona, Trigésima, Trigésima Primeira, Trigésima Segunda, Trigésima Terceira, Trigésima Quarta, Trigésima Quinta, Trigésima Sexta, Trigésima Sétima, Trigésima Oitava, Trigésima Nona, Quadragésima, Quadragésima Primeira, Quadragésima Segunda, Quadragésima Terceira, Quadragésima Quarta, Quadragésima Quinta, Quadragésima Sexta, Quadragésima Sétima, Quadragésima Oitava e Quadragésima Nona Sessões Ordinárias, da Terceira, Quarta e Quinta Sessões Extraordinárias, da Primeira, Segunda, Terceira, Quarta, Quinta, Sexta, Sétima, Oitava, Nona, Décima, Décima Primeira, Décima Segunda, Décima Terceira, Décima Quarta e Décima Quinta Sessões Solenes e da Primeira Sessão Especial. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Comandante Nádia, Fernanda Melchionna, Aldacir Oliboni, Rodrigo Maroni, Sofia Cavedon e Cláudio Janta. Em continuidade, foi apregoado o Ofício nº 610/18, do Prefeito, encaminhando mensagem retificativa ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 010/18 (Processo nº 0813/18). Também, foi apregoado Requerimento de autoria de Fernanda Melchionna, deferido pela Presidenta, solicitando a retirada de tramitação da Emenda nº 03 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 010/18. Às quinze horas e nove minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. Após, foi apregoada a Subemenda nº 01, assinada por Ricardo Gomes, à Emenda nº 01 aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 005/18 (Processo nº 0718/18). Também, foi apregoada a Emenda nº 06, assinada por Cláudio Janta, ao Projeto de Lei do Executivo nº 003/18 (Processo nº 0590/18). Foi apregoado Requerimento de autoria de Cláudio Janta, deferido pela Presidenta, solicitando votação em destaque para as Emendas nºs 01, 02, 03, 04, 05 e 06 apostas ao Projeto de Lei do Executivo nº 003/18. Em Discussão Geral e Votação, esteve o Projeto de Lei do

Executivo nº 003/18 (Processo nº 0590/18), discutido por Sofia Cavedon, André Carús, Fernanda Melchionna, Fabrício Lunardi, Dr. Thiago, Prof. Alex Fraga, Marcelo Sgarbossa, Aldacir Oliboni, Mauro Zacher, Márcio Bins Ely, Roberto Robaina, João Bosco Vaz e Cláudio Janta. Na oportunidade, foi apregoada a Emenda nº 07, assinada por Dr. Thiago e Cláudio Janta, ao Projeto de Lei do Executivo nº 003/18, e foi apregoado Requerimento de autoria de Dr. Thiago, deferido pela Presidenta, solicitando votação em destaque para essa emenda. Também, foram apregoados Requerimentos de autoria de Sofia Cavedon e Mauro Zacher, deferidos pela Presidenta, solicitando a retirada de tramitação das Emendas nºs 03 e 05, respectivamente, apostas ao Projeto de Lei do Executivo nº 003/18. Ainda, foi constatada a existência de quórum deliberativo, em verificação solicitada por Cláudio Janta. Foi votada destacadamente e rejeitada a Emenda nº 01 aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 003/18, por nove votos SIM e dezessete votos NÃO, após ser encaminhada à votação por Fernanda Melchionna, Sofia Cavedon, Fabrício Lunardi, Roberto Robaina, Cassiá Carpes e Sofia Cavedon, em votação nominal solicitada por Mônica Leal, tendo votado Sim Aldacir Oliboni, Fernanda Melchionna, João Bosco Vaz, Marcelo Sgarbossa, Márcio Bins Ely, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga, Roberto Robaina e Sofia Cavedon e Não Aírto Ferronato, Alvoní Medina, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Fabrício Lunardi, João Carlos Nedel, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Moisés Barboza, Paulo Brum, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes, Rodrigo Maroni e Tarciso Flecha Negra. Em prosseguimento, foi apregoado Requerimento de autoria de Alvoní Medina, Líder da Bancada do PRB, solicitando, nos termos do artigo 218, § 6º, do Regimento, Licença para Tratamento de Saúde para José Freitas no dia quatro de julho do corrente. Também, foram apregoadas a Emenda nº 06 e a Subemenda nº 01 à Emenda nº 06, ambas assinadas por Comandante Nádia e Mendes Ribeiro, ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 010/18, e foi apregoado Requerimento de autoria de Mendes Ribeiro, solicitando votação em destaque para essas proposições. Foi votada destacadamente e aprovada a Emenda nº 02 aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 003/18, por vinte e quatro votos SIM e um voto NÃO, após ser encaminhada à votação por Fernanda Melchionna e Marcelo Sgarbossa, em votação nominal solicitada por Mônica Leal, tendo votado Sim Aírto Ferronato, Alvoní Medina, André Carús, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Fernanda Melchionna, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Marcelo Sgarbossa, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Moisés Barboza, Márcio Bins Ely, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes, Roberto Robaina, Rodrigo Maroni, Sofia Cavedon e Tarciso Flecha Negra e Não Fabrício Lunardi. A seguir, foi apregoada a Emenda nº 07, assinada por Aldacir Oliboni e Sofia Cavedon, ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 010/18, e foi apregoado Requerimento de autoria de Aldacir Oliboni e Sofia Cavedon, deferido pela Presidenta, solicitando votação em destaque para essa emenda. Foi votada destacadamente e aprovada a Emenda nº 04 aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 003/18, por quatorze votos SIM, treze votos NÃO e uma ABSTENÇÃO, após ser encaminhada à votação por Sofia Cavedon, em votação nominal solicitada por Mauro Pinheiro, tendo votado Sim Aírto Ferronato,

Aldacir Oliboni, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Dr. Thiago, Fernanda Melchionna, João Bosco Vaz, Marcelo Sgarbossa, Mauro Zacher, Márcio Bins Ely, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga, Roberto Robaina e Sofia Cavedon, votado Não Alvoni Medina, André Carús, Cassio Trogildo, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Fabrício Lunardi, João Carlos Nedel, Mendes Ribeiro, Moisés Barboza, Paulo Brum, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes e Rodrigo Maroni e optado pela Abstenção Tarciso Flecha Negra. Deixou de ser votada a Emenda nº 06 aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 003/18, após ser encaminhada à votação por Cláudio Janta, Mendes Ribeiro e João Bosco Vaz, em face da inexistência de quórum deliberativo. Às dezessete horas e cinquenta e nove minutos, constatada a inexistência de quórum deliberativo, em verificação solicitada por Fabrício Lunardi, o Presidente declarou encerrada a Ordem do Dia. Em continuidade, por solicitação de João Carlos Nedel e Alvoni Medina, foi realizado um minuto de silêncio em homenagem póstuma a Alceu Cássio e a Júlio Paim. Em PAUTA, Discussão Preliminar, esteve, em 1ª Sessão, o Projeto de Lei do Legislativo nº 238/17. Durante a Sessão, Moisés Barboza manifestou-se acerca de assuntos diversos. Também, foi registrada a presença de Margarete Moraes, ex-vereadora deste Legislativo. Às dezoito horas e um minuto, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Mônica Leal e Mauro Pinheiro e secretariados por Comandante Nádia. Do que foi lavrada a presente Ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação as Atas disponíveis nas Pastas Públicas do correio eletrônico: Atas da 019ª a 049ª Sessões Ordinárias; da 003ª a 005ª Sessões Extraordinárias; da 001ª a 015ª Sessões Solenes; e da 001ª Sessão Especial. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADAS.**

A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PMDB): Obrigada, Presidente Mônica Leal; Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, público que nos acompanha na plateia, telespectadores; agradeço à minha bancada – Ver. André Carús, Ver. Mendes Ribeiro, Ver.^a Lourdes Sprenger, Ver. Valter Nagelstein – este momento de poder usar a Liderança, para fazer a passagem da Procuradoria Especial da Mulher. Quero agradecer de pronto à confiança de todos os Vereadores nesta Vereadora, que esteve à frente da Procuradoria Especial da Mulher, na Câmara de Vereadores, na gestão 2017/2018. Assumimos a Procuradoria em junho de 2017. Em julho, já fizemos um ciclo de palestras no Dia Internacional da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha, realizado em parceria com a Escola do Legislativo Julieta Battistioli. Em julho ainda, tivemos um encontro com as mulheres negras latino-americanas; em agosto, o Seminário de Valorização e Informação dos Direitos das Mulheres de Porto Alegre, lembrando os 11 anos da Lei Maria da Penha. Esta Procuradoria, junto com a

Coordenadoria da Mulher, Diretoria dos Direitos Humanos, realizou esse seminário com a participação de representantes governamentais, instituições representativas e defensores da causa. Em outubro, tivemos o Outubro Rosa, quando esta Procuradoria destacou a importância do combate e da prevenção do câncer. As quatro Vereadoras que então faziam parte – hoje temos cinco, ainda bem – Vereadoras nesta Câmara de Vereadores. Solicitamos, então, ao então Presidente Cassio Trogildo um espaço nesta tribuna para que nos meses relacionados com a questão das mulheres, a Procuradoria tivesse um espaço diferenciado nos meses de março, outubro e novembro – ainda estamos aguardando a resposta. No Outubro Rosa fizemos a doação de lenços para o Instituto do Câncer juntamente com o Imama; em novembro, esta Procuradoria se engajou à campanha Novembro Azul, a fim de conscientizar os homens sobre os riscos de câncer de próstata. Também em novembro, tivemos um seminário sobre Mulheres Vítimas de Violência Sexual, qualificando e ampliando a assistência, uma parceria com os Hospitais Fêmina e Grupo Conceição, com a participação de várias mulheres das áreas da saúde e da educação. Tivemos em dezembro, seminário sobre Violência Contra a Mulher, onde debatemos o aborto e o estresse pós-traumático. Em março deste ano, tivemos a abertura do mês da mulher com vários eventos - inclusive nas quintas temáticas -, sobre assédio nos transportes públicos; tivemos homenagem a seis mulheres, indicadas pelas Vereadoras, pelo Codim, pelo Executivo, aqui no Plenário Otávio Rocha. Tivemos ainda em março um debate: Por Mais Mulheres na Política, de forma que pudéssemos incentivar outras mulheres, independentemente de partido, a participarem como candidatas ou na política partidária. Promovemos o campeonato de futebol feminino, o Fórum das Mulheres trabalhando com o reaproveitamento de alimentos; seminário Mulheres Vítimas de Violência; enfim, ajudados por parceiros múltiplos nesse mês de março. Em maio, mês das mães, fizemos Sessão Solene em homenagem às mães; palestras com *coaching* comportamental, sobre os benefícios da atividade física; o ônibus de reaproveitamento total de alimentos nas comunidades de Porto Alegre, e o projeto Câmara sem câncer de colo, promovido juntamente com o Ver. Dr. Goulart, que pretendemos desenvolver por quatro anos. Tivemos, também, alguns eventos junto com o Ver. Airto Ferronato. Em junho, seminário: Violência contra a Mulher, um debate com as funcionárias da Câmara. Violência doméstica, reflexos no ambiente escolar e os desafios na construção do currículo foi o nosso último evento, com o Seminário Educar é Multiplicar, que abriu fronteiras. Iniciou com a Secretaria de Educação Municipal, mas perpassou para a Secretaria do Estado de Educação, para escolas particulares, para o Sinepe, para a Famurs, por entenderem, sim, a importância da educação. E a Procuradoria Especial da Mulher não deixou de falar sobre todos os temas afetos às mulheres porto-alegrenses, seja na saúde, seja na profissão, seja no combate à violência, seja na qualificação dessas mulheres. Quero dizer que esse um ano na Procuradoria Especial da Mulher foi muito profícuo, fizemos trabalhos não só para fora da Câmara de Vereadores, mas também para as funcionárias que aqui estão, como uma forma de efetivamente valorizar as mulheres que trabalham, muitas vezes, de forma invisível aqui, e que dão todo o suporte necessário para que os Vereadores possam trabalhar. Quero passar, de pronto, a Presidência da Procuradoria

Especial da Mulher à Ver.^a Fernanda Melchionna, como foi combinado pelas Vereadoras no início desta Legislatura. Com muito prazer, Fernanda, te desejo muita sorte, muito sucesso, que, realmente, as mulheres de Porto Alegre, as mulheres daqui da Câmara de Vereadores, possam ser contempladas com toda essa necessidade da Procuradoria Especial da Mulher se fazer presente. Novamente agradeço aos colegas Vereadores pela oportunidade de poder crescer um pouco mais nesse tema, que é tão caro a todos nós, homens e mulheres, e me coloco à inteira disposição, Ver.^a Fernanda Melchionna, para auxiliá-la nesse trabalho, dizendo que estamos com uma funcionária fixa, a Débora, a qual agradeço imensamente pelo trabalho realizado, e duas estagiárias. A Procuradoria Especial está avançando aqui nesta Câmara, no que eu agradeço à Presidente e à Mesa Diretora. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Neste momento, a Ver.^a Comandante Nádia passa o cargo de Procuradora Especial da Mulher para a Ver.^a Fernanda Melchionna. (Pausa.)

A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA FERNANDA MELCHIONNA (PSOL): Boa tarde a todos e todas. Claro que estamos muito orgulhosas da possibilidade, agora na condição de Procuradora Especial da Mulher da Câmara de Vereadores, de usar este mandato como um instrumento de luta das mulheres. Quero cumprimentar a Ver.^a Comandante Nádia, que fez a exposição das atividades de um ano da Procuradoria e acaba de terminar sua gestão; agradecer às outras mulheres da Câmara de Vereadores que me cederam essa confiança de estar à frente da Procuradoria no próximo ano; e, sobretudo, dizer que a Procuradoria vai ser um instrumento de luta e de debate das demandas das nossas mulheres porto-alegrenses, gaúchas e brasileiras.

Não é possível que, num país em que somos a maioria, tenhamos 11% de representantes mulheres. Não é normal que, em pleno 2018, para execução do mesmo trabalho, as mulheres ganhem em média 30% dos salários dos homens, bem como as mulheres negras recebam 50% a menos. Não é normal que, a cada semana que a gente abre o jornal, uma de nós tenha sido assassinada por maridos, ex-maridos, companheiros, ex-companheiros, pelo fato de sermos mulheres; por outro lado, por uma cultura machista e patriarcal que ainda trata as mulheres como propriedade privada. Não pode ser normal que as mulheres, embora um terço das famílias sejam chefiadas por nós, ainda sofram com a dupla jornada de trabalho e com a responsabilidade cultural no cuidado dos filhos. A falta de creche, o desmonte da educação e o desmonte dos direitos trabalhistas impactam e muito as mulheres. Tivemos uma reforma trabalhista, feita para flexibilizar os direitos dos trabalhadores, que impacta ainda mais a vida das mulheres.

E quando nós tratamos de serviços públicos, o plano dos Governos é cruel, atacando o direito das mulheres trabalhadoras. Não é a toa que estamos recebendo aqui

hoje os servidores da Procempa, que estão em greve há mais de semana, diante do arrocho salarial, quase dois anos sem nenhum tipo de reposição, e mais do que isso, a tentativa do Governo de flexibilizar direitos sociais; homens e mulheres trabalhadores estão vendo o desmonte, o sucateamento e a privatização da Procempa por dentro. Nós tivemos aqui, no Governo passado, o escândalo do SIAT. Nós falávamos, está aqui a Vera Guasso e os companheiros do Sindppd como testemunha, que isso é um engodo. O SIAT vai ser usar dinheiro público para contratar uma empresa, quando os servidores da Procempa podem fazer a tecnologia. Dito e feito: a corrupção foi sustada pelo Ministério Público e, agora, o SIAT teve que ser incorporado pelos servidores públicos municipais da Procempa, que estão fazendo a gestão do SIAT.

A mesma coisa aconteceu na saúde, querido Ver. Prof. Alex Fraga - agradeço ao PSOL por usar o tempo de Liderança; ontem tu tinhas uma denúncia da CECE muito importante, mas o Secretário de Educação não veio ouvi-los, mas, como era posse da procuradoria, toda bancada passou o tempo a mim. Quando veio o Aghos na Saúde, nós dissemos a mesma coisa, que estão terceirizando, jogando dinheiro público nos ralos, por quê? Nós temos servidores que podem fazer essa tecnologia dentro da Procempa, e vocês estão contratando uma empresa. Dito e feito: o Aghos foi substituído pelos Sistemas Gercon e Gerint, desenvolvidos pelos servidores que estão sentados aqui no Plenário conosco, premiados pela qualidade do sistema. Então, estamos vendo uma lógica que é de Estado mínimo para os interesses do povo e Estado máximo para o interesse dos ricos. É isso que fazem quando querem sucatear a Procempa, quando querem colocar, nos projetos das PPPs, os ativos como parte do financiamento de parceria público-privada, o que vai impactar os serviços prestados à população de Porto Alegre, ao mesmo tempo, quintuplicar o dinheiro público utilizado em privatizações - engrenagem direta dos interesses do povo aos interesses empresariais.

Da mesma forma, estamos recebendo lutadores e ativistas que estão organizando para o dia de hoje uma manifestação contra o assalto dos fundos, para que não acabem com o Fumproarte, para que não acabem com o Funcultura, para que não acabem com o Fumpahc, para que não acabem com o fundo do meio ambiente, para que não acabem com o fundo do esporte, para que não acabem com o fundo de assistência social. E eu quero lhe pedir, Presidente Mônica, um minuto para concluir, porque este projeto é o terceiro da pauta de hoje. E ele trata de uma drenagem direta: a utilização de 90% dos recursos desse fundo poderão ser utilizados para o fundo de modernização de Porto Alegre. Infelizmente, existe uma lógica em curso aqui, que vemos nas duas demandas: dos trabalhadores e ativistas dos conselhos, ativistas culturais; dos servidores da Procempa em greve, que tem o apoio, nas suas lutas, da bancada do PSOL, do Ver. Roberto Robaina, Ver. Prof. Alex Fraga e do meu. É uma lógica autoritária porque não recebe os trabalhadores - vocês, na greve, estão vendo isso; é uma lógica recessiva de retirar direitos e, ao mesmo tempo, impactar negativamente a economia de Porto Alegre e de diretamente tirar recursos públicos das áreas sociais e do controle social para financiar uma lógica privada. Mas não passarão, pois nós acreditamos na mobilização

da nossa luta de maneira organizada, unida e batalhando pelo direito das mulheres e pelo direito dos trabalhadores. (Palmas.)

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Sra. Presidente, Ver.^a Mônica Leal; colegas Vereadores e Vereadoras; público que está aqui presente nos prestigiando nesta tarde - com certeza são atores e artistas que dependem do Funcultura para desenvolverem a sua arte, a sua cultura na nossa Cidade, sejam bem-vindos. Queria saudar também a todos servidores públicos, mais precisamente os do Procempa que estão em greve e que estão aqui nos prestigiando nesta tarde. Nós, durante um bom tempo, nos manifestamos aqui publicamente com relação a esse PL do Governo Municipal, que extingue determinados fundos que tratam da vida de muitos cidadãos e cidadãs de Porto Alegre, seja na área da saúde, da criança e do adolescente, do idoso, o próprio Fumrebom, e tantos outros fundos que foram construídos com muita articulação política e com uma grande discussão com a sociedade. Creio que não seja justo que o Governo – que está sinalizando com uma Mensagem Retificativa, que ficaremos sabendo ao longo desta tarde – queira agora não só pagar as dívidas herdadas do Governo anterior, mas que continue utilizando desses fundos. A bancada do PT é radicalmente contrária ao PL do Governo e fará o debate oportuno quando o projeto entrar em discussão.

Hoje a bancada do PT, em uma coletiva, às 13h, deu uma posição definitiva com relação ao voto do projeto do IPTU, que o Governo manda para a esta Casa para que a Câmara de Vereador se pronuncie sobre ele. No primeiro pacote que o Governo priorizou, que são os seis projetos, e terão mais seis ou oito projetos que o Governo poderá priorizar para o segundo semestre, o último desse pacote se trata do IPTU. Portanto, nós temos mais o projeto que trata das PPPs, o projeto que trata dos fundos e, depois, o do IPTU. Nós achamos oportuno fazer a coletiva em nome da bancada do Ver. Adeli, da Ver.^a Sofia, do Ver. Sgarbossa e deste Vereador, à medida que nós percebemos algumas sinalizações do Governo, alguns gestos, algumas ações contrárias ao que ele tenta dizer, que quer diálogo com a Câmara e com as bancadas, Ver.^a Sofia. À medida que o Governo gasta mais de R\$ 5 milhões com a mídia; aluga um prédio no Centro da Cidade para uma Secretaria com valores significativos, acima de R\$ 3 milhões; à medida que o Governo contrata uma consultoria com mais de R\$ 3 milhões para, em tese, preparar para privatizar a Carris; à medida que o Governo quer privatizar a Procempa, o Mercado Público, a assistência social, não tem nem como dizer que há sinalização concreta de diálogo, porque ele diz uma coisa e faz o contrário. Acaba, em tese, no projeto do IPTU priorizando o projeto dos grandes empresários, reduzindo o imposto dos vazios urbanos e taxando a maioria da população, quando ele fala no reajuste anual de 30% do valor venal do seu imóvel. É por essas e tantas outras razões

que a bancada do Partido dos Trabalhadores se posicionará contra o aumento do IPTU. E por essas e outras razões que queremos o apoio das demais bancadas para dizer ao conjunto dos cidadãos que chega de imposto! Chega! E nós percebemos também que este imposto vai, sim, para projetos que o Governo acaba beneficiando os que têm mais e, infelizmente, precarizando a área da assistência social, da saúde, da educação, além do abandono da Cidade. Quem não é testemunha de que a Cidade foi, até então, abandonada pelo Governo? Nós percebemos claramente que há uma reação clara e precisa do cidadão: “Não aguento mais este Governo!” E aí nós podemos nos perguntar: qual é a marca do Governo Marchezan? O que de novo ele apresentou para a Cidade? Acabar com o OP? Os buracos estão aí para todo mundo ver e passar por cima deles, não há nenhum projeto estratégico do Município, a não ser o que ele sempre dizia: “Por que parou?” Que são as obras que são ainda lá da Copa e que, até então, ainda não foram concluídas. A Cidade precisa de um carinho especial dos governantes, e não é por acaso que, infelizmente, a população, ao tentar aceitar uma proposta demagógica que, lamentavelmente foi, prometendo algo impossível, agora se depara com uma realidade tão triste e decepcionante. Portanto, nós, sim, acompanhamos a vontade da população porto-alegrense, como é a maioria dos Vereadores, e votamos, enquanto bancada do PT, contra o projeto do IPTU e tantos outros projetos que retiram direitos conquistados ao longo dos anos pelos trabalhadores e pelos funcionários públicos. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Rodrigo Maroni está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR RODRIGO MARONI (PODE): Boa tarde, Presidente Mônica, demais Vereadores, Vereadoras. Eu subo aqui mais uma vez, colegas, público que nos assiste pelas galerias e pela TVCâmara, explicando o que me motiva, o que me faz estar aqui. Eu estava comentando aqui com um conhecido meu de, pelo menos, 20 anos, o Fábio, do Falos & Stercus, que eu tinha desistido da política, praticamente não queria mais saber de ser Vereador, parlamentar, em hipótese alguma. Fui morar no litoral onde comecei a proteção de animais. Lá, num dos locais onde há mais descarte de animais, comecei a ver que a situação dos animais, Alex, mostra a ausência plena de política pública. E, nestes anos que estou aqui – agora vai para quase quatro anos que estou aqui –, eu me comprometi tendo muita clareza de que estaria Vereador, de que estaria parlamentar por um período, mas o mais importante seria eu não abandonar a minha origem de ser protetor, uma causa pobre com ausência plena de políticas públicas, ou seja, não tem nada, não se discute nada, e eventualmente há uma comoção pública quando há uma morte, um estupro, quando há uma agressão muito clara e explícita a algum animal. Aí o posicionamento da polícia ou das Prefeituras, principalmente das Prefeituras, das Secretarias, é dizer: “Oh! Que tragédia!” Enquanto não há leis nenhuma. Nesses anos aqui cumpri um papel que não tem glamour, que não

tem visibilidade, que tem miséria, pobreza, merda, sangue, tristeza e tem que ter uma força emocional muito grande.

Eu abri mão, Alex, dizia aqui, dos meus natais, dos meus anos novos, assim como todos os feriados, finais de semana, praticamente sendo a própria política pública 24 horas, assim como defendo os protetores, todos os protetores, que, na sua maior parte, são pobres, pessoas pobres que tiram da sua própria alimentação para dar para seus animais, para resgatar animais. Nessa pauta, que infelizmente somos minoria, temos que ter unidade. A causa animal tem que ter unidade. Até esses dias vazou um áudio meu dizendo assim para uma menina: “Eu atendo teu animal, mas coloca no Facebook para dar visibilidade para aos animais, para dar visibilidade de que tem estupro, assassinato, animais mortos a tiro”! Sabe quantos áudios meus podem vazar? Trinta por dia! Porque há quatro anos eu estava dando atendimento! Eu cumprimento papel de polícia. Eu sendo a política dos animais, não só de Porto Alegre, mas animais de Alvorada, Viamão, Gravataí, Guaíba, Canoas, do interior, do litoral, como fui, nas piores tragédias, a pessoa que se apresentou quando não tinha nada pelos animais. Quero aqui dizer que o importante, para mim sempre serão os animais. O que justifica estar aqui é justamente dar visibilidade a eles, assim como nas redes sociais, assim como em qualquer local que eu for e como eu motivo os protetores, não só com áudios, mas com vídeos, com fotos para mostrar para a sociedade que se esconde e que vira de costas para os animais que essa pauta existe, que nem 0,1 do Município vai pra isso, que a maior parte dos Municípios do Rio Grande do Sul não tem sequer uma diretoria, não tem sequer alguém que responda por isso. E aí vem um Vereador de Porto Alegre tendo que fazer o papel dos Municípios, de Secretarias. Semana passada teve um episódio muito triste, Alex, eu tive que ir à casa de um protetor porque esse mesmo protetor esteve envolvido no roubo de uma gata que eu resgatei lá de Gravataí, amputada. E eu fui lá para colocar limite, para que a causa animal se unifique. Eu ajudo os protetores, ajudo todos os protetores com atendimento, com ração, com cirurgias, com resgate, com o que precisar. E me coloco à disposição inclusive desse protetor, mas para ajudar os animais, porque a causa animal precisa de união, de visibilidade, de áudio, de fotos, de vídeos, para mostrar o que a gente passa no dia a dia sem ter a quem recorrer. Se ligarmos para Secretaria, não adianta; se ligarmos para Prefeitura, não adianta. Só vem à tona quando há uma tragédia. Se ligarmos para os bombeiros, para a polícia, nada adianta. Aí, quando ligam para mim, adianta, porque eu vou e resolvo.

(Aparte antirregimental do Ver. João Bosco Vaz.)

VEREADOR RODRIGO MARONI (PODE): Lamentavelmente, sou só um. É isso aí, Bosco, infelizmente tem que ser galo mesmo, mas tem que ter uma força emocional muito grande, uma energia, uma disposição muito grandes. Porque é cansativo e exaustivo lutar pelo que ninguém enxerga, pelo que ninguém vê e pelo que ninguém faz. Essa é a minha luta. E eu quero dizer aqui que ser parlamentar não me importa, pode ser que eu seja por mais um período ou pode ser que eu saia logo em seguida, mas protetor de animais eu vou ser para sempre. Sabem por quê? Porque

apesar desses não serem enxergados, apesar de ter que me jogar no Dilúvio – como mais uma vez hoje eu me joguei, pois não tinha ninguém para resgatar, pois tu ligas para as entidades e não tem, tu ligas para as instituições e não tem -, os animais são gratos, não lotam as galerias, eu não posso levá-los para votar. Eu apresentei quase 300 projetos dentro desta Câmara, e nenhum foi aprovado! E isso é a prova de que o que eu estou falando aqui é verdade. Os animais não têm nada, mas, pelo menos, vão ter a mim, aqui, para gritar e os protetores de animais em todos os bairros de Porto Alegre. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

VEREADORA SOFIA CAVEDON (PT): Sra. Presidente, Ver.^a Mônica Leal, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; prezadíssimos ativistas da cultura, artistas, técnicos, militantes, escritores, escritoras, é uma honra tê-los aqui, pena que não é para celebrar um avanço importante na cultura, mas, sim, para construirmos uma resistência, quiçá um convencimento deste Legislativo de que não é possível aceitar o desmonte que Marchezan se propõe a fazer e quer que esta Casa assine embaixo.

Quero cumprimentar os nossos colegas da Procempa, parabenizar pela luta, lamentar profundamente que esse Governo do não diálogo implique em tamanho desmonte das políticas públicas. Quem está visitando as escolas sabe o quanto a Procempa está sem condições de trabalho, sem autorização de trabalho, um ano sem diretor técnico é para, realmente, tentar fazer com que ela pareça uma empresa incapaz, ineficiente, para privatizar, que é isso que a gente está enxergando nas intenções claras do Prefeito.

Queremos dar todo o apoio para que haja negociação, Vereadores e Vereadoras. Falo com os Líderes da base do Governo. Não é possível que em 13 dias de greve não tenha diálogo, e o único espaço de diálogo é para desmontar, para retirar conquistas, garantias conquistadas em anos de luta por funcionários dedicados a esta Cidade.

O tema que traz os ativistas culturais aqui é o que eu vou me dedicar neste momento de Comunicação de Líder pela oposição, Vereadores do PSOL e do PT, a quem agradeço a confiança. Este projeto que extingue fundos, em primeiro lugar, que esvazia os fundos e que captura recursos de fundos importantíssimos para a cidade de Porto Alegre, tem que ser rejeitado integralmente! Integralmente, porque ele tem uma clara intencionalidade de concentrar recursos na mão da Fazenda, num Fundo de Reforma e Desenvolvimento Municipal. Ora, e dentro da destinação das despesas, esse fundo é para pagar a previdência dos municipais. Mas que fundo é esse, se não é apenas uma estratégia para esvaziar fundos fundamentais? Aliás, para tentar legalizar as ilegalidades que o Governo Municipal já vem fazendo ao desrespeitar os fundos e utilizar os seus recursos. O Fumproarte é um fundo premiado nacionalmente, é um

fundo de 25 anos, se não 26 anos, um fundo que pela primeira vez, em 2017, não recebeu um centavo da Cultura Municipal, dos recursos municipais em 25 anos. Ora, dívidas ficaram com os artistas, com os escritores, com os produtores culturais de anos anteriores, porque se passou a desrespeitar profundamente quem faz arte, quem investiga, quem possibilita à nossa Cidade a fruição da cultura, a importante presença e criação cultural nas nossas vidas, no enfrentamento à barbárie, sim, na constituição de seres humanos plenos. O Fumproarte está destinado à extinção. Alguém vai dizer: a Ver.^a Sofia está mentindo. Por óbvio este projeto de lei, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, cria dois mecanismos: um mecanismo diz que o fundo que não for movimentado por três anos – o Fumproarte já tem um ano de não movimentação, e quem movimenta os fundos é o Executivo, portanto, se ele quer extinguir, ele usará esse mecanismo – será extinto. Segundo mecanismo diz que se não utilizou recursos, no final do ano 90% do recurso vai para o caixa único, vai para esse fundo de reforma. Ora, se isso não é maneira de acabar com os fundos, esvaziar os fundos, de tirar a vinculação conquistada na luta desta Cidade, seja para o Funcriança, seja para o fundo ambiental, seja para o Fundo Monumenta. Este não é nem por esses mecanismos, Vereadores. O projeto de lei simplesmente extingue o Fundo Monumenta. Uma irresponsabilidade com o patrimônio construído a ser preservado na cidade de Porto Alegre. O Fundo Monumenta – inclusive o convênio que a Prefeitura assinou com o Ministério da Cultura exige que o Fundo tenha vigência por 20 anos –, hoje, tem mais de R\$ 10 milhões que é para financiar, exatamente, esses patrimônios culturais que estão se degradando a olhos vistos. Os proprietários precisam e podem acessar esse Fundo e podem recompor, reconstituir, restaurar e garantir à Cidade a sua identidade, a sua pertinência, a sua ambiência. Portanto, as nossas bancadas de oposição se opõem completamente a mais essa estratégia que retira da Cidade democrática, da Cidade de Porto Alegre, da participação popular e da radicalização da democracia instrumentos fundamentais, nascidos da participação popular, do planejamento urbano participativo, das grandes plenárias, das grandes conferências de cultura, de educação e da criança e do adolescente. E o Prefeito, um aventureiro, um irresponsável e uma pessoa que não respeita essa Cidade quer extinguir isso, numa tacada só, e nós não vamos dar acordo. Espero que esta Câmara diga não. Viva a cultura, viva o serviço público e servidor público. Respeite, por favor, Prefeito Municipal.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREREADOR CLÁUDIO JANTA (SD): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, cada vez que o Prefeito de Porto Alegre fala, eu fico surpreso. Eu queria compartilhar, pois acho que alguns não ouviram a fala de ontem do Sr. Prefeito na rádio.

(Procede-se à apresentação de vídeo.)

VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD): Tudo mentira! Quando gagueja, quando tranca a voz, quando enrola é porque está mentindo para o povo de Porto Alegre. Este projeto de IPTU tem validade até o final do mandato do Prefeito, depois vai ter que vir um novo projeto aqui para a Câmara de Vereadores, no demonstrativo mostra que não baixa IPTU de ninguém. Alguns dados desse Prefeito que mente, engana e que não gosta de pobre: tirou 50% da segunda passagem; o diesel baixou 46 centavos e até agora não baixou a passagem de ônibus de Porto Alegre; tira a isenção da passagem de ônibus de pessoas com deficiência, dos idosos; tira a passagem de ônibus dos estudantes de Porto Alegre; tira os Conselhos Tutelares dos prédios alugados em que estão, e os manda procurar um local público para ficar presentes; dá isenção no projeto do IPTU de 25% para os lojistas do Centro de Porto Alegre, para as galerias, para os *shopping centers* no Centro de Porto Alegre.

As políticas sociais do seu Governo estão sucateadas; além disso, as escolas do Município estão sem guarda, quem abre e fecha as escolas são os diretores, os professores, e as crianças ficam presos dentro dessas escolas; várias escolas do Município estão sem professor de matemática e geografia há mais de um ano; demandas do Orçamento Participativo, as básicas, não estão sendo cumpridas. Colocou dezenas de CCs em órgãos que foram extintos, órgãos que não existem mais no Município; não está cumprindo o teto que ele disse que ia cumprir; pelo contrário, mandou nós derrubarmos um veto aqui nesta Casa que permite altos salários no Executivo.

E agora quer acabar com os Conselhos; além disso, quer acabe com os fundos que garantem a integridade dos Conselhos. Esse é o reizinho da nossa Cidade; esse é o Prefeito da nossa Cidade, que não gosta de pobre; não gosta de servidor público e ainda diz que todos partidos, cita ali dois partidos, o PT e o PMDB, mas outros partidos também participaram da administração desta Cidade, como o PP, como o PTB, como o PDT. E não destruíram esta Cidade, não acabaram com esta Cidade, não fizeram a metade, nem 10% que este Prefeito está fazendo com o povo de Porto Alegre, com a população sofrida desta Cidade, destruindo, como viram, parte do que ele está fazendo com esta Cidade e, além disso, acha que é o rei desta Cidade, não respeitando este Poder. Esta Câmara é autônoma; muito obrigado, Sra. Presidente

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Apregoo Ofício nº 610, de autoria do Sr. Prefeito Municipal (Lê.): “Sr. Presidente: Submeto à apreciação dessa Câmara de Vereadores a presente Mensagem Retificativa ao Projeto de Lei Complementar nº 010/18, deste Executivo, que dispõe sobre as diretrizes para a Criação e a Extinção de Fundos Públicos, propondo novas regras para movimentação financeira dos atuais fundos e criando o Fundo de Reforma e Desenvolvimento Municipal”.

Apregoo e defiro Requerimento de autoria da Ver.^a Fernanda Melchionna, solicitando a retirada de tramitação da Emenda nº 03 ao PLCE nº 010/18.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP) – às 15h09min: Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

Apregoo a Subemenda nº 01, de autoria do Ver. Ricardo Gomes, à Emenda nº 01 ao PLE nº 005/18.

Apregoo a Emenda nº 06, de autoria do Ver. Cláudio Janta, ao PLE nº 003/18.

Apregoo e defiro o Requerimento de autoria do Ver. Cláudio Janta, solicitando que sejam votadas em destaque as Emendas nº 01, nº 02, nº 03, nº 04, nº 05 e nº 06 ao PLE nº 003/18.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0590/18 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 003/18, que altera a Lei nº 9.875, de 8 de dezembro de 2005, que dispõe sobre o Programa Municipal de Parcerias Público-Privadas, cria o Comitê Gestor de Parcerias Público-Privadas do Município de Porto Alegre (CGPPP/POA) e autoriza o Poder Executivo a instituir Fundo de Garantia de Parceria Público-Privada Municipal (FGPPPM).

Observações:

- com Emendas nºs 01 a 05;
- incluído na Ordem do Dia em 18-06-18 por força do art. 95 da LOM.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em discussão o PLE nº 003/18. (Pausa.) A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADORA SOFIA CAVEDON (PT): Sra. Presidente, eu quero dizer que não é o primeiro projeto sobre os fundos, é sobre parcerias público-privadas, mas dialoga diretamente, faz parte da mesma política que o Prefeito Marchezan tenta impor à cidade de Porto Alegre – PPPs.

Nós fomos ler e reler esse projeto de PPPs, porque não dava para entender, porque há uma lei existente, já é uma lei em vigor, e essa alteração que é feita na lei é uma Lei de parceria público-privada de 2005, que não entrou em vigor, e o Prefeito, com duas folhinhas, parece que escreve a mesma coisa com palavras diferentes. Aí chegamos no último artigo, um artigo discreto, que diz o seguinte: Fica revogado o § único do artigo 16 da Lei em vigor – a Lei nº 9.875. Por via de descargo de consciência, fomos ver que § único é esse, do artigo 16 – escondido no final da linha – que diz que os projetos incluídos no Programa de Parcerias Público-Privadas integrarão o plano

municipal de parcerias público-privadas, o qual será remetido à aprovação, mediante decreto, após realização de consulta pública, na forma do Regulamento. Então, em um projeto de lei sem muito propósito, aparece um mecanismo muito simples: exclua-se a participação popular, a submissão à consulta pública, a colocação, neste plano municipal de parceria público-privada, de eventuais parcerias que o Município venha a fazer. Então, o Município se livra de consultar a população sobre a pertinência ou não de entregar setores do serviço público à iniciativa privada. E é disso que nós queremos tratar. Nós discordamos veementemente de PPPs em áreas estratégicas. E o Prefeito propôs, e já está nesta Casa, uma alteração de Lei Orgânica, para fazer PPPs no DMAE e tenta dizer que é para resolver o problema do alagamento na cidade de Porto Alegre, confusão proposital, porque no caso de alagamento, quem atua é o DEP, Departamento de Esgotos Pluviais, extinto DEP, porém não extintas as suas funções, não passada as suas funções para uma outra Secretaria, muito menos para o DMAE. Aliás, o DMAE, no ano passado, passou 30 milhões para o DEP que, uma vez extinto, passou, na verdade, para o caixa único, e a Cidade está alagada, a Cidade fica intransitável com a menor chuva. Mas a Prefeitura insiste que precisa do dinheiro privado para fazer PPPs. Aí, a gente olha o DMAE e diz o seguinte: mas como assim, se o DMAE, sobra do seu custeio mais de R\$ 50 milhões/ano, se o DMAE tem R\$ 170 milhões em contas não pagas que pode buscar, se o DMAE tem um plano municipal de saneamento aprovado nesta Casa, se ele já buscou milhões para fazer o Socioambiental, se ele já instalou em 80% da Cidade a capacidade de separação do esgoto e da água, se o DMAE agora tem plano e tem condições de fazer a ligação dessas economias com a finalidade de chegarmos a tratar quase cem por cento do nosso esgoto? Ora, o DMAE tem planas condições e dá ao Município gestão da água para poder fornecer aos mais pobres, a quem não tem como pagar, com a tarifa social, da capacidade de gestão para fazer educação ambiental, para fazer extensão de rede, para buscar financiamento que são todos públicos, porque é o BNDS que, na verdade, fornece para as empresas que fazem parcerias público-privadas. Portanto, o que quer aqui o Prefeito é entregar gestão, o que significa pagar por uma gestão que o DMAE hoje faz, só não faz melhor porque tem 2 mil cargos vagos no DMAE. Dois mil cargos vagos! Não há nomeação no DMAE, isso está denunciado no Ministério Público, no Tribunal de Contas, porque perigosamente nós podemos ter descontrola da qualidade da água, do fornecimento de água e do tratamento de esgotos pela ausência, pela aposentadoria e pela falta de substituição de técnicos capacitados para aprender a lidar com o nosso sistema de saneamento.

Então, gente, retirar a consulta popular é uma combinação com esse projeto que ele quer mudar na Lei Orgânica que exige consulta popular para privatizar o DMAE, é abrir porteira para pagar empresa privada com seus lucros, com seus dividendos para que faça serviço que o DMAE hoje faz muito bem, inclusive com premiação da tarifa da água por ser uma tarifa módica, adequada e pelo serviço que presta à nossa Cidade. Cidades como Paris e Buenos Aires estão reestatizando a sua água, e o Prefeito, na contramão da história, da reflexão, propõe privatizar a água, assim como quer privatizar a Carris, como quer privatizar a Procempa e como quer tornar o

Mercado Público um *shopping*. Digam “não” às PPPs! Pior ainda, sem consulta à população.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. André Carús está com a palavra para discutir o PLE nº 003/18.

VEREADOR ANDRÉ CARÚS (PMDB): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; preliminarmente, eu quero apenas fazer uma distinção e reforçar que a nossa bancada, a do MDB, não é uma bancada da base do Governo, e sim uma bancada independente, assim como muitas outras posicionadas nesta Casa. Com muita tranquilidade, discutimos este projeto e por essa razão também apresentamos a Emenda nº 02, que garante justamente aquilo que foi dito nesta tribuna pela Ver.^a Sofia, que é a realização de consulta pública quando firmada uma parceria público-privada. O projeto trouxe a supressão de um dispositivo de uma lei já existente, e nós estamos apresentando essa emenda em conjunto com o Líder da nossa bancada, o Ver. Mendes Ribeiro, para que seja garantida a realização de consulta pública e para que o poder decisório sobre a formalização de uma parceria público-privada não recaia somente sobre o comitê gestor, que também é criado pelo projeto, que ficaria só no âmbito da Prefeitura.

Uma outra questão que é importante frisar: o projeto que propõe alterações na Lei Orgânica para abrir caminho para uma parceria público-privada no DMAE. Por diversas vezes, já me manifestei nesta tribuna e coloquei que o Governo deveria ter maior sensibilidade em corrigir a redação daquele projeto, porque, na nossa avaliação, não é necessário alteração da Lei Orgânica para fazer parceria público-privada no DMAE. Isso porque de outras modalidades que existem, como privatização, concessão de serviço público, a parceria público-privada é a que garante que 100% dos bens continuem sendo do Estado *lato sensu*. As PPPs não tiram propriedades, tampouco prerrogativas do Estado, basta que a modalidade mais adequada seja escolhida e garantida que o Governo, que a Administração e o seu poder discricionário participem diretamente do planejamento e da execução, que é o objeto dessa parceria. Então, não há por que demonizar PPPs. Nós sabemos que o cobertor do orçamento público é curto, e, muitas vezes, faltam recursos para investir em áreas essenciais; nem por isso vamos entrar num discurso de que privatização soluciona tudo ou que, por exemplo, transferir recursos de fundos históricos, que garantem recursos para a cultura, para a inclusão social, para a inclusão produtiva na reciclagem, para a preservação ambiental também é a solução. E já antecipo para vocês, que da maneira como está esse projeto dos fundos, também terá o meu voto contrário. Mas nesta questão específica, do projeto das parcerias público-privadas, não se está aqui tratando de privatização, tampouco se está aqui tratando de concessão. O Município de Porto Alegre, a exemplo do que já se desenvolve na União e no Estado - e existem legislações específicas para isso -, precisa criar um modelo, precisa criar um programa e se abrir para que se tenham, sim,

parcerias público-privadas em benefício do cidadão. Serão essas PPPs, Ver. Ricardo Gomes, que poderão garantir melhores serviços, sem o risco de aumentar o ônus para o bolso do cidadão, porque a propriedade continua sendo do Estado. Por que dissemos que o Governo tem que alterar a redação do projeto do DMAE? Porque ele admite que possa ser criada qualquer outra entidade pública municipal, o que não é necessário. As qualidades, as virtudes, o superávit, e tudo aquilo que representa o DMAE suportariam isso. Então, a nossa emenda, a Emenda nº 02, neste projeto, garante que, sendo firmada uma parceria público-privada, a partir da aprovação deste projeto, ela será, sim, submetida à consulta pública; será, sim, garantida a participação do cidadão; será, sim, ouvida a população para avaliar a conveniência, a oportunidade disso. Entendo que devemos aprovar também essa emenda no decorrer desta discussão. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Registro a presença da ex-Vereadora Margarete Moraes, ex-Presidente desta Casa, ex-Secretaria da Cultura de Porto Alegre.

A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para discutir o PLE nº 003/18.

VEREADORA FERNANDA MELCHIONNA (PSOL): Na verdade, é evidente que nós temos que discutir um projeto tão grave como este. Na nossa opinião, não é um raio num céu azul, é uma política orquestrada com o conjunto dos PLs que tramitam na Câmara de Vereadores. Vejam vocês, o projeto aumenta as possibilidades de pagamento por parte da administração pública para os contratos privados, incluindo várias modalidades de pagamento ou que entram como liquidez: títulos da dívida pública, cessão de direito de exploração comercial, inclusive, todos os ativos financeiros que existem no Município de Porto Alegre. Por que não pensar, Alex, que na redação que está posta, o patrimônio que hoje tem na Carris poderia estar à disposição de servir como financiamento público para as parcerias público-privadas. E por que não pensar que a Infovia, que é um patrimônio da cidade de Porto Alegre e que a gente sabe que está na mira do Governo Marchezan, não é parte desses ativos financeiros entendidos como uma moeda de troca numa negociação que, via de regra, tem sido uma negociação para transmitir interesses públicos numa lógica privada. Alguns podem me dizer: “Mas os modelos de parcerias público-privadas...” Mas me digam qual que não significou ou a prestação de serviços mais caros à população, ou a terceirização, como foi o caso, por exemplo, dos contratos que eu falei da Procempa, do SIAT, do Aghos, que foi uma porta aberta para a corrupção – um deles sustado pelo Ministério Público de Contas, ou Ministério Público Estadual, não vou me recordar agora, e depois retornou ao controle dos servidores de carreira, porque é óbvio que o sistema não dava conta da arrecadação do IPTU. Mais do que isso! Vocês sabem melhor do que eu que Porto Alegre deixou de arrecadar R\$ 40 milhões pela má utilização dos recursos públicos, e essa terceirização dos serviços para iniciativa privada. Ou o modelo do camelódromo, que foi vendido

para os trabalhadores informais da cidade de Porto Alegre como uma possibilidade de sair da rua e de ter mais tranquilidade do trabalho, mas que, à medida que foi gerenciado pela lógica privada, significou aluguéis de R\$ 700,00, significou banheiros pagos e significou que essa população não consegue vender o suficiente: mais de 50% dos camelôs originários desse projeto lá de 2008 saíram, já não trabalham mais no camelódromo; trabalham nas ruas, batalham pela legalização. Mas isso é um outro exemplo da lógica perversa das parcerias público-privadas em que o risco fica com o público, incluindo ativos públicos, e os lucros ficam para iniciativa privada. Serviços mais caros, via de regra, e a prestação inadequada. Mais do que isso, nós estamos falando aqui de um projeto – inclusive nós fizemos emenda, embora nós achemos que tenhamos que derrotar de conjunto –, Alex, que permite, pela lei atual, que o Governo use 1% da receita corrente líquida para parceria público-privada, o que significa R\$ 50 milhões hoje. Com o projeto de lei, ele vai quintuplicar esse valor, vai poder gastar R\$ 250 milhões em parcerias público-privadas, que é o dobro do que gasta em assistência social, é o quinto do que gasta com moradia popular! Não sei quantas mil vezes mais do que gasta com a cultura, porque sequer o Fumproarte foi garantido no último ano de Governo, porque sequer as melhores iniciativas da Cidade estão resguardadas, como a Feira do Livro! O Marchezan quer privatizar praça pública, gente! Quer privatizar o Mercado Público! Olha a gravidade da situação deste Governo! Por isso que não é um raio num céu azul. Junto com isso, vem o projeto dos fundos, que permite tirar R\$ 30 milhões do meio ambiente para botar no fundo de desenvolvimento, que é para financiar isso, porque aqui não tem nenhuma criança! É para financiar privatizações! Estão tirando dinheiro da cultura, da assistência social, do esporte, dos catadores e recicladores que trabalham nos galpões ganhando menos do que um salário mínimo - estão sendo atacados pelos projetos de lei enviados pelo Marchezan.

Mais do que isso, nós recebemos a informação de que vem para a Câmara de Vereadores uma lei de responsabilidade municipal para congelar salário, para incluir outras despesas no cálculo de gasto com pessoal, justificando sua política de desmonte do serviço público. Então, o que estamos vendo aqui é um pacote que tem muita clareza, é um pacote antipopular, porque o Prefeito Marchezan é um Prefeito que detesta o povo, que detesta os movimentos sociais, que detesta os servidores públicos, e fala isso. Fala isso nos congressos da extrema direita, como o grupo profascista MBL, nas rádios, no ataque aos Parlamentares que não votam com ele. Eu quero concluir dizendo que Porto Alegre tem história de resistência, foi a capital da legalidade, foi a capital do surgimento, lá atrás, do Orçamento Participativo e do Fórum Social Mundial, foi a cidade dos 40 dias da greve dos servidores que derrotou, em 2017, os pacotes que tratam do funcionalismo. É fundamental resgatar essa resistência, unir as categorias e derrotar globalmente o projeto do Marchezan, e, sobretudo, o seu Governo.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Fabrício Lunardi está com a palavra para discutir o PLE nº 003/18.

VEREADOR FABRÍCIO LUNARDI (NOVO): Boa tarde, colegas Vereadores, Presidente, funcionários da Casa, pessoal das galerias. Hoje é meu último dia como substituto do Ver. Felipe Camozzato, que está em viagem; portanto falo também em nome dele a respeito do projeto, que é um marco legal que trata das PPPs, aumenta o limite de contrato, de 1 para 5% da receita da Cidade. Infelizmente, os recursos são escassos; justamente por isso que existe economia. Se os recursos são escassos, se o dinheiro do pagador de impostos é finito, acaba, a gente tem que ter o maior cuidado e carinho com esses recursos, e nós não estamos tendo há algum tempo em Porto Alegre. Caso continuemos sem ter esse cuidado, continuará a faltar para o que é mais importante. Isso é ter prioridade. E, ao falar de PPPs, estamos falando de prioridades. Ao falar de prioridades, nós estamos falando de melhorar os serviços mais importantes, mais essenciais e que mais importam para o cidadão de Porto Alegre. Por isso, se nós queremos melhorar a vida dos cidadãos de Porto Alegre, este projeto merece atenção. Se nós queremos solucionar problemas de forma criativa sem onerar mais o pagador de impostos, chamando a sociedade civil para fazer parte dessa solução, aí nós temos uma chance. É importante pensarmos em alternativas para que os serviços públicos essenciais e mais importantes cheguem ao máximo de pessoas possíveis em Porto Alegre. E, justo num momento de dificuldade financeira, não há razão para não pensarmos em contar com o auxílio de investimento privado para melhorarmos os serviços. Eu acredito, senhores, que defender este projeto é defender que antes de ideologias e de siglas partidárias vêm as pessoas desta Cidade e a necessidade dessas pessoas terem acesso à estrutura, ao lazer e, sobretudo, a serviços básicos, afinal, no momento e num espaço em que podemos contar com o apoio da livre iniciativa sem o Estado perder a posse sobre aquele serviço, como é uma PPP, então, não é privatização e, sim, uma PPP. Dessa forma, vão sobrar mais recursos para investirmos no que é essencial. Então, deixo uma pergunta; quando uma função pode ser realizada sem que haja mais gasto público e via investimento privado, por que não fazer? Não podemos deixar com que o preconceito de ideias e o preconceito em relação à iniciativa privada fiquem acima do bem-estar da população. E a PPP de iluminação, Ver. Ricardo, é um exemplo de serviço que só por ela já chegaria a quase 1% da receita da Cidade. Então, como bem sabemos, a iluminação não só é uma questão de autoestima para o cidadão de Porto Alegre, que verá a sua cidade mais viva durante à noite, como também é uma questão de segurança. E nós permitindo que a iniciativa privada apoie, sobrarão mais recursos para outras áreas tão importantes, tão vitais quanto ou mais. Se isso pode ser feito via recurso privado também, por que tirar recurso que poderia ir para uma área vital? Para mim, quanto mais melhorarmos a vida do cidadão de Porto Alegre, melhor será. E é para isso que sempre vou direcionar o meu voto: para melhorar a vida do cidadão de Porto Alegre. E eu acredito que este projeto vá contribuir para a melhora da vida do cidadão de Porto Alegre. É uma questão de prioridade! É sim! Eu não ponho o meu partido, não ponho as minhas ideias, não ponho a minha ideologia acima do cidadão de Porto Alegre, e nunca vou botar! E é por isso que estou aqui, para melhorar a vida do cidadão de Porto Alegre! Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Dr. Thiago está com a palavra para discutir o PLE nº 003/18.

VEREADOR DR. THIAGO (DEM): Preliminarmente, Presidente, quero abordar sobre este projeto alguns problemas que observo nele. O primeiro deles é o malfadado regime de urgência. Projetos como este devem vir a esta Casa, seguir o seu trâmite normal, ter o seu trânsito necessário passando pelas comissões, sofrendo aprofundamentos, tendo correções para que realmente possam ser executados para o bem da sociedade. A primeira grande dificuldade que eu vejo neste projeto é alusivo às questões da saúde. A Prefeitura foi fazer uma parceria público-privada consistente na área da saúde. Fez com o Hospital Moinhos de Vento. Agora, teve de licitar de novo, nós estamos vendo a dificuldade que está tendo nesse processo, no que se refere ao Hospital da Restinga. E nós falamos em primeira mão nesta tribuna sobre essa questão. Dos quatro concorrentes que se colocaram no processo, dois deles são extremamente questionáveis. Que bom que esses dois ficaram para o final! Os dois primeiros que ficaram nas duas posições são instituições que, em princípio, podem tocar aquela situação, estão num embate judicial que vai levar mais de um ano. E nós alertamos o Secretário de Saúde sobre isso. E isso causa enormes dificuldades na região, isso causa instabilidade na atenção à saúde na região. Basta ir lá para verificar isso. O Moinhos não sabe até quando fica. As pessoas da comunidade não sabem até quando vão ter ou não o atendimento. E eu nem falo dos R\$ 900 mil/mensais – da outra contratação para essa –, R\$ 10 milhões/ano, que tiram da operação da Restinga. Por tudo isso, quero dizer que temos tido uma participação muito ativa em todas essas questões, como na do IPTU, que somos contra. Falo para os profissionais aqui da Prefeitura, nos projetos 8 e 9, que somos contra, que destroem as carreiras públicas no Município de Porto Alegre. Então, nós colocamos uma emenda a esse projeto, a qual ressalva as operações da saúde, ressalva as operações do Hospital de Pronto Socorro, do Hospital Presidente Vargas, do Pronto Atendimento da Cruzeiro. Inclusive, nós já tivemos instituições indo lá, na contramão de qualquer decisão desta Casa, para verificar a situação e para serem entregues para essas instituições.

Então, eu quero chamar muito a atenção de que este projeto está mal colocado, de forma açodada aqui, ele deveria ter seu rito, seu curso normal para realmente poder receber de forma consistente as contribuições e reparos que esta Casa é capaz de fazer. Peço muita atenção dos colegas. Vamos verificar como vai ser o desenrolar desta votação. Em princípio, nós temos que verificar como vão ser colocadas, apresentadas e aprovadas ou não as emendas que estão sendo propostas, mas, da forma com que ele foi colocado inicialmente, nós nos posicionamos contrários.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Apregoo Emenda nº 07, de autoria dos Vereadores Dr. Thiago e Cláudio Janta, ao PLE nº 003/18.

Apregoo e defiro o Requerimento de autoria do Ver. Dr. Thiago, solicitando que seja votada em destaque a Emenda nº 07 ao PLE nº 003/18.

Apregoo e defiro Requerimento, de autoria da Ver.^a Sofia Cavedon, solicitando a retirada de tramitação da Emenda nº 03 ao PLE nº 003/18.

Apregoo e defiro Requerimento, de autoria da Ver. Mauro Zacher, solicitando a retirada de tramitação da Emenda nº 05 ao PLE nº 003/18.

O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para discutir o PLE nº 003/18.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa tarde, senhoras e senhores, público que nos assiste pela TVCâmara, Vereadores, Vereadoras, eu venho discutir este projeto do Executivo que versa sobre PPP, mas antes de adentrar ao tema, gostaria de esclarecer a minha visão pessoal que não é de oposição ferrenha às parcerias público-privadas. Creio que os cidadãos de Porto Alegre, micro, pequenos empresários, inclusive médias empresas – por que não? – podem firmar parcerias. Cito um exemplo claro de uma tentativa de parceria singela, Ver. Bosco, que me ouve atentamente, ali no Bairro São Geraldo. O Colégio Concórdia, um colégio centenário na região, no qual o Ver. Mauro Zacher estudou, tenta firmar com a Prefeitura de Porto Alegre uma parceria para a conservação de uma praça que fica na quadra ao lado, a Praça Pinheiro Machado. Esta praça tem problemas com manutenção, corte de árvores, serviços de manutenção das vias, muito buraco, lama... A Escola se prontifica a arrumar a praça, mas, obviamente, não pode fazê-la, porque é um espaço público. Eis que boa parte dos alunos utiliza a parada de ônibus que fica colada a esta praça e muitos têm medo porque já foram assaltados, inclusive. Como não há a permissão da Prefeitura para tal parceria, para a manutenção da praça, para a recuperação deste espaço público, mas que está com o mato tomando conta, com má conservação e falta de iluminação, isso faz com que a segurança dos transeuntes e dos próprios alunos seja ameaçada. Eis que o próprio Secretário Ramiro Rosário, se não me falha a memória, com essa reestruturação administrativa – nós, Vereadores, estamos perdidos, imagina o servidor que está dentro de uma secretaria que não existe mais, porque ninguém sabe mais o que aconteceu com as secretarias ou quem trabalha onde no atual Governo. É uma bagunça, uma esculhambação completa. Portanto, esse tipo de iniciativa passa pelo crivo do Secretário Ramiro Rosário. O Secretário tem vínculo com a comunidade evangélica que fica ao lado do colégio, e, mesmo assim, não toma par da situação, não autoriza essa parceria e não permite que a escola, de bom grado, faça a manutenção do espaço público.

(Aparte antirregimental do Ver. João Bosco Vaz.)

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Não faz mal, Ver. Bosco, a adoção é uma pareceria pública, porque a praça é pública, com um ente privado, uma escola privada desta Cidade. É uma PPP, pode ser na modalidade adoção e, por isso, eu não sou contra as PPPs, eu acredito que haja validade. O que eu sou terminantemente contra a privatização de lucros em cima de algo que é público, algo que deveria prestar um serviço ao cidadão de Porto Alegre e que, privatizado, só vai gerar lucro e

enriquecimento aos parceiros do Prefeito. É com relação a isso que eu manifesto a minha total inconformidade e contrariedade.

Também destaco o meu posicionamento contrário à modificação dos percentuais de estabelecimento do limite dessas parcerias público-privadas, que a lei de 2005, a lei vigente, estabelecia que aproximadamente R\$ 50 milhões poderiam ser destinados a esse tipo de parceria; e com o atual projeto do Governo, aumenta para R\$ 245 milhões estimados. É um aumento vertiginoso sem, necessariamente, a garantia de que esse serviço será revertido para nossa população. Ele pode, única e exclusivamente, engordar os cofres daqueles que apoiaram o Prefeito a chegar até o Paço Municipal.

Por isso o nosso lamento: quando há parceria, que ela seja para o interesse público, acima de tudo! E não o viés do interesse privado sobrepondo aos da população.

Eu termino por aqui a minha fala, agradeço à Ver.^a Mônica Leal o tempo de acréscimo e continuemos os nossos debates. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para discutir o PLE nº 003/18.

VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (PT): Boa tarde a todos e todas. Acho que vou acabar repetindo alguns conceitos aqui, principalmente do Ver. Prof. Alex Fraga, que bem colocou o tema. No conceito de parcerias público-privadas, dificilmente vamos encontrar aqui no plenário ou na sociedade algum tipo de contraposição. Ou seja, o Estado fazer parcerias com a sociedade, seja com o setor econômico ou com qualquer setor da sociedade não é um problema em si. Aliás, é benéfico. Não precisa o Estado fazer tudo, ainda mais quando há interesse da sociedade em cooperar e fazer parcerias.

A questão é que nós precisamos olhar este projeto no conjunto dos demais projetos, no conjunto das políticas e da forma de atuação do Governo Marchezan. O Prefeito Marchezan, não são minhas as palavras, Ver. Tarciso Flecha Negra, diz que a FASC tem dado prejuízo; o Governo Marchezan diz que o DMAE precisa ser privatizado. Um Departamento que tem sido superavitário, inclusive, emprestando recursos para o Executivo Municipal ao longo dos anos. Servidores da Procempa estão aqui. A Procempa, que trata da informação e da inteligência da Cidade, é um setor estratégico. Entregar isso para o privado é entregar a inteligência da Cidade, as informações vitais que embasam as políticas públicas. Vejam, nós não somos contrários, antes pelo contrário, em fazer parcerias, mas, primeiro, essa parceria tem de ser feita, obedecendo a um critério e o atendimento à finalidade pública. E aí é difícil encontrar, no Brasil, aquele sujeito que quer fazer a parceria, mas que não quer assumir só a parte boa da parceria. É o caso em várias áreas. Os presídios. Vamos fazer PPPs nos presídios. Pois bem, se esses que se oferecem como parceiros do Estado assumissem os presídios de forma total, mas não é assim, querem uma parte dos presos, talvez os que tenham menos complexidade. Por que é que foi necessário Luz para

Todos? Por que não existia quem quisesse fazer parceria, no setor econômico, e levasse luz lá nos lugares onde não há um rendimento econômico, pois é muito caro trazer o fio tão longe para atender algumas poucas pessoas. Então, vejam, quando se fala em parceria público-privada, há uma complexidade. E o que não deixa de acontecer, em termos de parceria, é que o ator, o agente econômico faz um cálculo econômico e vê que não lucrará. Então, o que nós estamos falando aqui é que nós podemos, sim, ter parcerias, mas essas parcerias têm de ser guiadas pela função pública, pelo bem público. E aí, muitas vezes, não vale a pena para o agente econômico. Nós estamos vivendo aqui, na orla, no Pontal do Estaleiro, o início das obras. Vejam só como o capital foi inteligente. Houve uma consulta popular em que se disse que ali não era o caso de ter essa exploração da forma como será. Pois bem, uma loja da Leroy Merlin, uma loja de materiais de construção, vai se instalar na beira do Guaíba. É ou não é uma arrogância do setor econômico? Nós precisamos ter uma loja de materiais de construção na beira do Guaíba. Então, acho que estamos caminhando para um voto contrário ao projeto, porque sabemos que, num Governo, como o do Marchezan, esse é um projeto que prepara para uma série de privatizações em todos os setores. Então, é um projeto que, no conceito, poderíamos ter um acordo, mas sabendo o Governo que está aí e a forma, inclusive, como tem se pronunciado publicamente, acaba ganhando nosso voto contrário a este e a outros projetos. Nem vou falar aqui do regime de urgência, um projeto tão vital e que trata de uma questão tão conceitual, logicamente não poderia tramitar em regime de urgência. Por fim, uma saudação, Presidenta Mônica: estão aqui pessoas que atuam no movimento cultural, da comunidade cultural de Porto Alegre e, realmente, não estamos falando aqui da questão do Fundo da Cultura, mas se mobilizaram, vieram e mostraram como tantas outras comunidades serão atingidas pela extinção dos fundos do esporte, do meio ambiente, do Fundo dos Bombeiros, o Fundo do Plano Diretor Cicloviário, que, desde que foi criado, é um fundo sem fundo. Então, vejam, é mais uma tentativa de tirar recursos das áreas estratégicas para botar num fundo só que o Prefeito vai querer gerenciar ao seu bel prazer. Então somos contrários ao projeto pela forma de atuação do Prefeito e sabemos o que está por trás dele. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para discutir o PLE nº 003/18.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo nossa Presidenta, colegas Vereadores e Vereadoras, público que está aqui nesta tarde acompanhando a Sessão. Quero também dar a minha opinião em relação ao projeto de lei que está sendo discutido, o qual tem muito a ver com o projeto que extingue os fundos. Quero dialogar com os cidadãos e cidadãs que estão aqui presentes. O projeto que ora estamos discutindo dispõe sobre o Programa Municipal de Parcerias Público-Privadas, cria o Comitê Gestor de Parcerias Público-Privadas e do Fundo de Garantia de Parcerias Público-privadas Municipais. E o projeto que trata dos fundos diz o seguinte (Lê.):

“Dispõe sobre diretrizes para a criação e a extinção de fundos públicos, cria novas regras para movimentação financeira dos atuais fundos, cria o Fundo de Reforma do Desenvolvimento Municipal, autoriza o Poder Executivo a reverter o saldo financeiro dos fundos extintos para o Tesouro Municipal. O Prefeito Municipal dá uma jogada de gestão, ou administrativa, como diz o Governo, e cria esse fundo garantidor buscando recursos exatamente nesses possíveis fundos garantidos por lei. Então, nós temos que ter muito cuidado, porque à medida que essas parcerias público-privadas vão gerenciar serviço que, em tese, reduzem os serviços públicos, isto é, ele quer fazer uma parceria público-privada lá no, Hospital Presidente Vargas, HPV, ele vai não fazer mais concursos para os trabalhadores funcionários públicos e vai absorver aqueles servidores com a parceria público-privada. Isso pode acontecer lá no Postão da Bom Jesus; no Posto 24 Horas; isso pode acontecer lá no Postão da Cruzeiro; isso pode acontecer lá na Bom Jesus. Em várias áreas ele pode criar mecanismos de poder dizer que esses fundos podem ser transferidos para as parcerias público-privadas para fazer funcionar, na ideia dele, alguns serviços que, em tese, não estariam funcionando. Ora, nós entendemos que é um compromisso do Poder Público, sim, fazer concurso público e melhorar a oferta de serviços públicos para a população. É muito melhor você ter o recurso, investir você mesmo na gestão, do que fazer uma parceria público-privada, porque nós sabemos que ninguém entra ingênuo ou de graça, ele quer ganhar dinheiro, ele quer ter lucro. Queria aqui também reforçar o seguinte, há alguns anos, nós criamos o Portal Transparência Porto Alegre. Casualmente, esse Portal Transparência Porto Alegre foi uma lei de autoria deste Vereador, inclusive, lá quando a Lei foi aprovada aqui na Câmara, sancionada pelo governo daquela época, o governo Fogaça, ele foi, sim, premiado naquela ocasião, por vários institutos que, ao menos na tese de que através do Portal Transparência se tinha informações importantes sobre a gestão municipal. Coisa que o Governo atual não tem. Olhem o que disse um dos secretários do atual Governo e que está na imprensa no dia de hoje: “Vi que Porto Alegre recebeu o Prêmio de Transparência. Com todo o respeito a quem deu os prêmios, Porto Alegre está longe de ser premiada”. Para concluir, nobre Presidente, o próprio Governo tem uma posição que acaba, diria, esculachando a ação dele mesmo, dizendo que o Portal Transparência está distante de ser o ideal. São mais de 1.500 funcionários que deviam estar lotados em alguma secretaria e ainda estão em secretarias extintas. De que forma nós vamos identificá-los nas atuais secretarias? É lamentável, não tem como votar essas parcerias público-privadas, uma vez que não se sabe para onde vai esse recurso. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Mauro Zacher está com a palavra para discutir o PLE nº 003/18.

VEREADOR MAURO ZACHER (PDT): Boa tarde a todos, Ver.^a Mônica Leal, meu Líder Márcio, venho a esta tribuna debater o projeto do Executivo que tramita nesta Casa, porque se trata de uma pauta extremamente relevante, muito

discutida. Há muitos anos, Pujol – talvez te recordes, não lembro se estavas aqui na Câmara ou na Assembleia –, o Fogaça aprovou uma legislação que estabeleceu um marco legal para a Cidade em relação às PPPs, e, de lá para cá, muito pouco foi feito. Eu ainda acho que pode ser um instrumento para o Executivo, para os governos, para implementar, para financiar, para garantir que possam ser ampliados os serviços, principalmente em momentos de escassez de financiamentos. Nós podemos aqui citar projetos que foram exitosos pelo País e pelo mundo e poderemos aqui entrar em debate se este será o caminho adequado para tal área que nós queremos implementar. Quando eu passei pela SMOV, nós demos início ao processo de PPP da iluminação. Abrimos para o mercado. Nós queríamos escutar o que o mercado tinha para oferecer para a Cidade. Talvez seja possível realizar PPPs justamente onde temos um mercado aquecido, onde temos empreendedores e investidores que possam trazer e disputar a melhor proposta para o Município, para o Estado ou para a União. No caso da iluminação pública, a gente acompanha pela imprensa, o Governo dá segmento, há recursos disponíveis no BNDES, há diversas empresas do mundo querendo trazer benefícios para a Cidade. Eu não acompanhei, nos últimos anos, quais foram os avanços, mas acompanho algumas cidades que tentaram implementar. São Paulo, já há muitos anos, tenta um parque de iluminação de mais de 600 mil pontos e, agora, acaba cancelando por algumas questões que foram divulgadas na mídia de gravações, de favorecimento – não quero entrar nesse mérito, porque não é essa a pauta.

Eu quero dizer que, por convicção, eu vejo com bons olhos a possibilidade de nós trazermos para Porto Alegre, para o Estado ou para a União parcerias público-privadas. Eu acho que nós não devemos ter nenhum tipo de preconceito em relação a esse assunto, pelo contrário, nós temos que estudar estrategicamente se é bom para o Município ou se não é. Por exemplo, no caso do DMAE, que o Governo tenta alterar a Lei Orgânica, eu não vejo necessidade de nós entregarmos a outorga de parte ou da totalidade dos serviços, como alguns já pensaram aqui no passado. O Governo, quando emite para a Câmara o primeiro projeto, não propõe só a terceirização do tratamento do esgoto, mas também da água. Então nós temos uma posição contrária em relação ao DMAE. O DMAE é um órgão extremamente extraditório, tem deixado ao caixa do Município R\$ 120 milhões anuais. E mais – eu digo com a maior tranquilidade de quem conhece – o DMAE já foi um órgão que beirou a excelência dos serviços, e nós temos um grande orgulho do DMAE. Enfim, eu quero registrar que, da minha parte, e o nosso Líder, o Márcio, também concorda nesse sentido, nós temos um apreço, acho que as PPPs podem ser um instrumento, desde que sejam estratégicas e boas para o Município de Porto Alegre, e quem vem ganhar com isso é o cidadão de Porto Alegre. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra para discutir o PLE nº 003/18.

VEREADOR MÁRCIO BINS ELY (PDT): Vereadora Mônica Leal, na pessoa de V. Exa. cumprimento os demais Vereadores e Vereadoras, público que nos assiste nas galerias e na TVCâmara; senhoras e senhores. Eu venho a esta tribuna para me somar a essa pauta do debate a respeito das parcerias público-privadas. Quero adiantar que, conceitualmente, eu tenho um entendimento de que a parceria público-privada acaba sempre por se estabelecer em algumas pautas que o meu entendimento é contrário a essa parceria, porque a parceria público-privada nunca entra para suprir uma dificuldade, ou entra em algum setor vital da sociedade para estender a mão e resolver um problema. Geralmente, ela quer a parceria público-privada onde está dando lucro, onde vai ter algum retorno. Então, é algum investimento para médio e longo prazo, às vezes, para um longo prazo, vinte ou trinta anos. Geralmente, é um investimento que não é compatível com aquilo que representa determinado bem, determinada empresa ou determinada pauta. Mas mal comparando, até há pouco, o Ver. Reginaldo Pujol me cobrava: olha aí o que fizeram, terminaram com o pedágio da *freeway*, agora vai ficar abandonada, esburacada, não vai ter ninguém para atender; sofri um acidente e fui bem atendido, enfim. Então, são algumas realidades que a gente sabe que o “cobertor é curto”, e que, muitas vezes, se não tiver um parceiro no privado, vai faltar, o braço do Estado não vai chegar para fazer o atendimento. Mas também existem algumas situações e algumas, digamos assim, empresas, ou algumas pautas que eu quero manifestar contrário aqui às parcerias público-privadas, porque muitas vezes dizem respeito à soberania nacional, diz respeito a questões de nacionalismo também, por exemplo, como a falta do petróleo, falta de energia elétrica. Como vai fazer parceria público-privada, por exemplo, com alguma empresa estrangeira a respeito da energia elétrica? Se a nossa indústria precisa da energia elétrica para produzir, aí vamos fazer uma parceria público-privada com uma empresa externa? E quando vê, falta energia para a nossa indústria produzir. Aí, temos que comprar lá do outro país que fez uma parceria público-privada para tocar a energia aqui, mas não conseguiu, não deu, não avançou. Daí essa conta não fecha, aí cai a luz, não tem lá o investimento necessário para a indústria produzir, e a gente acabou fazendo uma parceria público-privada, vendendo um pedaço da responsabilidade da energia, que é de vital importância para o desenvolvimento e para a soberania nacional de um país, cai o disjuntor, a indústria não consegue produzir, não chega lá na ponta a energia elétrica. Mas vai ver quem está por trás, quem comprou o direito de fazer essa produção de energia? É quem está nos vendendo o produto? Então a gente tem que estar de olho, tem que estar de antena em pé, porque senão, daqui a pouquinho, na parceria público-privada, nós estamos dando tiro no pé. Claro que, às vezes, até mesmo na área em que a gente atua mais, no mercado imobiliário, ações de contrapartida, ações compensatórias, mitigatórias, que podem ser também comparadas às PPP, acho que são importantes, se organiza o espaço urbano. Outra questão que envolve é a questão da água. Água é vital para a vida, como vamos tentar avançar numa parceria público-privada para a água? Acho muito difícil. Nesse caso, por exemplo, vamos nos manifestar contra. De um modo geral, em linhas gerais, existem conceitos em determinadas áreas que pode se estabelecer esse diálogo, bem falou aqui o Ver. Mauro Zacher, que é o Presidente do PDT.

Vereadora Sofia Cavedon (PT): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Márcio, eu só chamo a atenção de V. Exa., sei que a opinião de vocês em alguns setores dá para fazer PPP, mas esta lei que estamos agora discutindo retira a necessidade da consulta popular, de consulta à população. Então, a atenção de V. Exa. que é um a uma mudança da lei já em vigor, uma lei inclusive da época do Prefeito Fortunati, que era, à época, do seu partido, mas está retirando um requisito que aquela lei estabelecia: dependendo da PPP, fazer consulta à população. Queríamos a sua parceria para manter essa consulta.

VEREADOR MÁRCIO BINS ELY (PDT): Eu acho que é muito importante essa consulta, Vereadora. Aliás, nós tivemos um bom exemplo de consulta, que está se materializando lá no Pontal do Estaleiro. Claro que foi uma consulta para uma outra questão, bem como eu falei aqui, a questão imobiliária, e a população entendeu que deveria funcionar ali serviço e comércio. Foi feita uma consulta, se definiu, e agora está saindo um belo empreendimento ali na ponta para o bem da Cidade, com uma ação compensatória e mitigatória importante, que vai ser o entorno, uma área de lazer, uma área de uso coletivo qualificada, que deu certo a partir de uma consulta popular. Por que não fazer a consulta? Ficam aqui as nossas considerações para reflexão. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para discutir o PLE nº 003/18.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, companheiros, companheiras que estão assistindo a esta plenária; eu me inscrevi, pois creio que o debate sobre esse projeto de lei é necessário, porque é preciso fazer o contraponto forte a uma tentativa de transformar em senso comum a ideia de que, para que haja investimento, para que haja melhorias dos serviços, é necessária a parceria com o setor privado. Essa mesma lógica, esse mesmo senso comum é o que tenta transformar em mérito, por exemplo, os processos de terceirização. Eu sei que tem uma parte dos políticos que já são encantados com a ideia de terceirização, com a ideia de parceria público-privada. Infelizmente, o que nós temos visto na vida real é que os esquemas de terceirização, as parcerias público-privadas são o caminho para a corrupção, nós sabemos disso. Então, os políticos que estão defendendo terceirização, parceria público-privada saibam que a população começa a ficar de olho, começa a perceber que esse tipo de parceria é para entregar patrimônio público para os setores empresariais que querem ocupar o espaço do Estado para ter lucros num tipo de serviço que é de obrigação estatal. Nós vemos isso na área da saúde, onde todo tipo de terceirização tem provocado esquemas de corrupção, até o programa de televisão, Fantástico, foi obrigado a denunciar esse sistema de corrupção provocado pelas terceirizações. Temos que assistir a esses programas, sobretudo, quando a Globo

mostra que as terceirizações estão ligadas com terceirização, até porque isso desmente a própria ideologia da Globo, que defende a PPP, a privatização e trata de demonizar o serviço público. Este projeto aumenta os recursos públicos para entregar para as empresas privadas. O Governo Marchezan diz que tem poucos recursos para investir no que é público, mas aumenta de 1 para 5% os recursos da receita corrente líquida para entregar nesses esquemas de parceria público-privada, que não tem nenhum controle, que os políticos não podem controlar. Nós sabemos disso, mesmo a Câmara de Vereadores não controla nada do que ocorre no Município de Porto Alegre. O Governo Marchezan governa praticamente por decreto, desmontando serviços sem que a Câmara consiga oferecer a resistência necessária para mudar a pauta da Cidade, porque a pauta do Governo sempre é a mesma: ou aumento de impostos, ou ataca servidores públicos, ou a retirada de fundos públicos para aumentar os fundos privados que vão para os amigos do rei. E o que a Ver.^a Sofia falava é muito importante: a mudança de lei que o Governo está propondo tira a capacidade da população de controlar essas parcerias público-privadas, porque a lei prevê que haja consulta, e o Prefeito Marchezan – autoritário como é – não quer saber de consulta; ele quer, sim, aplicar a sua linha de privatização. Por isso que é muito importante a Câmara de Vereadores debater. Há em curso na Cidade um projeto privatista, que trata de desvalorizar os servidores públicos – aliás, não é só na Cidade, sabemos disso. Estava vendo a grande propaganda, no caso do Governo Estadual, veiculada na RBS, que está aumentando o número de inativos no Estado do Rio Grande do Sul; que agora o percentual de inativos é muito maior – uma propaganda para atacar a previdência pública. O que a imprensa não diz é que esse percentual de inativos aumenta, porque os governos estaduais não fazem concurso público e não contratam servidores públicos. A população aumenta e o número de servidores públicos, ao invés de aumentar, diminui, porque tentam passar a ideia de que o servidor público é o problema do Estado, e não é, o servidor público é quem garante os serviços públicos, que são cada vez mais carentes. Então, nós, como Vereadores, temos que ter a dignidade de defender o que é público. O nosso mandato é público. Nós não somos pagos para defender corporações privadas; nós não somos pagos para entregar o patrimônio do DMAE; nós não somos pagos para que tenhamos um Estado que cada vez mais abandone as suas funções e as entregue para a iniciativa privada. Os recursos públicos devem ser investidos no público e, desse ponto de vista, qualquer projeto que signifique parcerias, na verdade, o que quer? Impor na cidade de Porto Alegre um projeto de privatização para que os setores privados ganhem lucro, num serviço que deve ser público. Por isso que este projeto deve ser rejeitado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. João Bosco Vaz está com a palavra pra discutir o PLE nº 003/18.

VEREADOR JOÃO BOSCO VAZ (PDT): Presidente Mônica, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, eu quero falar um pouco sobre o que é parceria público-

privada, o que é adoção, o que é privatização, mas eu confesso, companheiro Roberto Robaina, que não entendi muito o seu discurso dizendo que o Prefeito Marchezan está de franco atirador e que a Câmara não fiscaliza e não faz nada, tanto que ele não aprovou nada aqui contra funcionário público, contra aumento de impostos. Nós temos trabalhado nesse sentido. Este projeto que nós estamos discutindo aqui, se V. Exa. ler com atenção as emendas – eu acho que V. Exa. não leu –, o PT e nós vamos votar com a emenda do Ver. Carús, que coloca neste projeto que tem que ter um chamamento público. Vamos votar com a emenda do Ver. Dr. Thiago, que protege a saúde. Agora, nós também não podemos ignorar que da formatação, como está o projeto, como ele veio para cá, ele é ruim. Com essa emendas, é um projeto palatável, do ponto de vista de ser realizado e implementado.

Sobre privatização, que V. Exa. falou aqui. A água é estratégica. O meu voto, se tentarem vender o DMAE, não vão conseguir! Por exemplo: falam que a Carris deu prejuízos grandiosos – e deu. Só, agora há pouco, o Vice-Prefeito falou que, de R\$ 70 milhões, Ver. Ricardo, o déficit já baixou para R\$ 20 milhões. Pô, mas se baixou para R\$ 20 milhões, pode zerar o déficit! Por que vender a Carris? A Procempa também é estratégica, estão lá os dados dos funcionários públicos, dos funcionários do próprio Município. Tem uma série de questões. Agora, uma parceria público-privada que contemple a população, que melhore o trabalho a ser entregue à população, os serviços a serem entregues à população? Eu não vejo maiores problemas nessa situação. A parceria público-privada é uma coisa, mas não é definitivamente um caminho para a privatização, ainda mais agora, com o voto do Ministro Lewandowski, há dois dias: qualquer venda de estatal tem que passar pelo Legislativo – decisão do Supremo.

Então, estou inclinado a votar a favor desse projeto, desde que nós possamos aprovar a Emendas nº 02, que coloca o chamamento público, do Ver. Mendes Ribeiro e do Ver. Carús, e a emenda do Ver. Dr. Thiago, que contempla a defesa da saúde nessa situação. Muito obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para discutir o PLE nº 003/18.

VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD): Sra. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, só quero entender alguma coisa. Sou a favor, muitas vezes, da parceria público-privada, mas não sou a favor das coisas que escuto. Eu escuto, todos os dias, no rádio, na tv, no jornal, na tribuna, a choradeira do Governo de que não tem dinheiro. Aí vejo no Projeto, no § 1º, do art. 1º: “O contrato poderá prever o pagamento ao parceiro privado de remuneração variável vinculada ao seu desempenho, conforme metas e padrões de qualidade e disponibilidade definidos no contrato”. Se o Governo vem para cá e chora, chora, desde que assumiu, dizendo que não tem dinheiro, que pegou a Prefeitura quebrada, que quer aumentar o IPTU, quer tirar dinheiro do servidor público, quer acabar com os conselhos, tirando o fundo dos conselhos, é uma choradeira

desgraçada, como é que quer dar dinheiro para as parcerias público-privadas? Eu fiz um Pedido de Providências para saber quanto custou para construir aquele restaurante que gira e quanto a pessoa que o está explorando vai pagar ao Município. Parceria público-privada é o cara construir e explorar a área pública, não é a pegar o dinheiro da saúde, da educação, da segurança pública. O Município vai lá e faz, depois o cara vai lá e explora. Que papo é esse? Está aqui, no § 1º; no § 2º: “O contrato poderá prever o aporte de recursos em favor do parceiro privado [aporte de recursos em favor do parceiro privado] para a realização de obras e aquisição de bens reversíveis, nos termos dos incs. X” [...]. O inc X tem mais de 111 documentos que ninguém viu aqui? Quem é que viu os 111 documentos? Ninguém viu. O inc. XI tem mais de 60 documentos. Quem viu aqui? Ninguém viu o *caput* do art. 18, da Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que autoriza o edital de licitações. E aí, meu amigos, um dos países que mais cresce, todos os anos, o seu PIB – todos anos! –, dá banho em todo mundo, até nos americanos, até nos países da Europa. A China declara: “O Ministério das Finanças da China ordenou a revisão de seus projetos de parceria público-privada e endureceu as regras de aprovação para os novos, conforme aumenta cada vez mais a preocupação de Pequim com os riscos e potenciais dos programas, porque esses alteram os governos locais das parcerias público-privadas, dos fundos de investimentos governamentais e estão disfarçando e aumentando as dívidas do Governo Chinês”. O capitalismo que mais cresce no mundo que está falando isso.

A Folha de São Paulo, numa reportagem que até hoje o povo esconde aí, diz que 80% desses fundos que fazem essas parcerias público-privadas, 80% desses contratos, os seus impactos são nocivos às prefeituras. Além disso, esse projeto no seu art. 2º, § 2º (Lê.): “O aporte de recursos de que trata o § 2º do art. 12, quando realizado durante a fase dos investimentos a cargo do parceiro privado, deverá guardar proporcionalidade com as etapas efetivamente executadas”. Fala de novo em aporte de dinheiro público! Aí o art. 20 (Lê.): “O comprometimento anual com as despesas decorrentes dos contratos de parcerias público-privadas que vierem a ser custeados, no todo ou em parte, com recursos do Tesouro Municipal, não excederá o limite previsto no art. 28 da Lei Federal nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004”. De novo, fala em usar o recurso público que não tem para a escola, que o Prefeito fala que vai tirar da merendinha das crianças; que o Prefeito fala que vai tirar da saúde, que o Prefeito fala toda semana, e esses projetos aqui não passaram por nenhuma Comissão desta Casa, não foi avaliado por nenhuma Comissão e por nenhum Vereador desta Casa. Então, isso aqui é para ajudar os amigos do “rei”, esse rei que prova novamente que não gosta de pobre. Parceria público-privada com dinheiro do povo de Porto Alegre, eu acho que é uma vergonha esta Casa aprovar isso; parceria público-privada vão fazer com o dinheiro de vocês, empresário que querem enriquecer as custas do povo de Porto Alegre! (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD) (Requerimento): Sra. Presidente, solicito verificação de quórum.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pelo Ver. Cláudio Janta. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Há quórum.

Em votação a Emenda nº 01, destacada, ao PLE nº 003/18. (Pausa.) A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como autora.

VEREADORA FERNANDA MELCHIONNA (PSOL): Sra. Presidente, evidentemente, já quero antecipar, embora vão ser objeto de debate, depois, as emendas dos outros Parlamentares. O Ver. Carús, com a necessidade da consulta pública, terá o nosso apoio na emenda que devolve isso ao projeto, que é tão escandaloso, que retira a necessidade de consultar a população. A emenda do Ver. Dr. Thiago, que proíbe as privatizações do PACS, do Hospital Presidente Vargas, do Pronto Socorro, sem dúvida. Recentemente, ficamos sabendo que o Governo esteve no posto da Bom Jesus fazendo políticas, enfim, tentando já estabelecer uma lógica privada. Mas, enfim, a minha emenda, eu vi que muitos Parlamentares não se referiram a ela – que não é só minha, mas da bancada do PSOL, composta pelo Ver. Alex, Ver. Roberto -, mas tenho certeza de que tenho o apoio de muitos Vereadores. Ela deixa o projeto, sobretudo, no que diz respeito ao quesito financeiro, menos escandaloso. Vejam vocês, eu peço atenção aos Parlamentares, o Governo diz que não tem dinheiro na folha de julho para pagar o funcionalismo. Nós vivemos no ano de 2017 alguns meses de parcelamento de salário, este ano, de não pagamento de determinados contratos, atraso no pagamento de itens essenciais e, ao mesmo tempo, nós temos neste projeto um artigo que permite ampliar cinco vezes o valor gasto com parceria público-privada. E é isso que eu estou tirando. Hoje, o Governo pode gastar 1% da receita corrente líquida com parceria público-privada, ou seja, R\$ 50 milhões. A redação do Governo passa isso para cinco vezes, 5% da receita corrente líquida, que significa o que em termos de valores? Duzentos e cinquenta milhões de reais! Significa uma folha inteira de pagamento a mais só para PPPs! Eu estou calculando tirando os R\$ 50 milhões que já gasta. Se a emenda for aprovada, ficará 1%. Não é que ficará zerado. A nossa ideia é de que fique zerado. Eu, particularmente, acho que PPP é risco público e lucros privados, sem contar o que falava o Roberto, de que boa parte delas têm significado a porta aberta da corrupção dentro dos municípios.

É um absurdo que, neste cenário, em que faltam recursos para assistência social, tenhamos 250% a mais em PPPs do que é gasto na assistência social! É um absurdo, é cinco vezes dinheiro a mais para as PPPs do que na segurança pública, Ver.^a Comandante Nádia. É um absurdo ter duas vezes mais nas PPPs do que na política de moradia. Não é possível que se tenha meia dúzia de incentivos ao esporte, Cassiá, Bosco, que vem da área esportiva, e vá se destinar R\$ 250 milhões para PPPs! Não pode ser que eles não honrem R\$ 5 milhões do Funcultura ou R\$ 5 milhões do Fumproarte,

que deveria ser equiparado ao Funcultura, e digam que tem R\$ 250 milhões para botar nas parcerias público-privadas.

O que a nossa emenda faz? Tira isso! Tira isso. Então, é uma escolha, não é que o dinheiro esteja lá e não esteja indo para lugar algum, é dinheiro que não vai estar, gente, na saúde, no Pronto Socorro, onde está faltando servidor; é dinheiro que não estará na assistência social, diante da crise que vive o Município. É dinheiro que não estará nos CREs e nos CRAS, que não estará na cultura, que não estará na folha! Mas estará para financiar a parceria público-privada! É literalmente tirar dinheiro das áreas sociais para financiar a quintuplicação das parcerias público-privadas no Município de Porto Alegre. Isso é inaceitável. De 1% da corrente receita líquida para 5% da receita corrente líquida, uma folha e meia do funcionalismo! Isso é inadmissível, e esperamos, sim, que a Câmara tenha autonomia para barrar, que fique em 1%, que é o que a lei permita hoje, embora seja contra a minha ideologia, nós não faríamos como o governo, mas que fique no 1% e não se amplia em 400% o dinheiro dos PPS no mesmo monte que se tira dinheiro da áreas sociais e no mesmo mês que o governo diz que não tem dinheiro para pagar os servidores que prestam serviço público, que estão na ponta atendendo a população e que ficam na berlinda com seus direitos. Vejam, ele tirou empréstimo para pagar o 13º salário, e de juros teve mais de R\$ 10 milhões para o Município, sendo que tinha dinheiro em caixa, como ficou demonstrado pelo Tribunal de Conta, para quitar o salário dos funcionários. Isso é uma escolha política e o Governo politicamente está decidido a destruir as áreas sociais e drenar recursos para financiar os amigos do rei, os empresários aliados, os grandes ricos, e não quem adota uma praça ou outros exemplos que mais Vereadores trouxeram. Aqui se tem uma oportunidade de, de fato, não ver o dinheiro da saúde ir para os ralos da terceirização das parcerias público-privadas.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 01, destacada, ao PLE nº 003/18.

VEREADORA SOFIA CAVEDON (PT): Certo que vamos votar favoravelmente à sua Emenda, Ver.^a Fernanda, à emenda do PSOL. Acho que a lógica sustentada aqui pelo Ver. Janta é muito límpida e correta. PPPs, no máximo em que a situação do privado coloca recursos em cima de um espaço ou em cima de uma política que não está se realizando, que não seja essencial, e ele faça o investimento e, aí, tenha retorno sobre isso. E não o Município colocar recursos para favorecer a especulação privada. Aqui foram dados alguns exemplos e eu quero dar outros. O exemplo da orla é um, é dinheiro público para a exploração privada. O exemplo do Mercado Público é escancarado. Tem um programa de manifestação de interesse de projeto que foi prorrogado pelo Prefeito Marchezan em cima de um espaço público que recebeu muito recurso público, inclusive agora, ultimamente, para o restauro. Naquele ano que queimou o Mercado Público, foram colocados R\$ 19 milhões pelo Governo Federal,

mais os recursos do Fundo, do Funmercado; o seguro que os permissionários pagavam foi colocado, o que, aliás, não está completo. Por incompetência do gestor público, os permissionários assinaram um acordo na justiça oferecendo recursos para fazer o PPCI que falta. E, mais que isso: a receita mensal do Mercado é de R\$ 320 mil. Então, o Mercado Público tem receita para a Prefeitura para que o público, que tem direito a estar lá, a fazer reuniões nas salas lá de cima, fazer exposições de artesanato, de cultura, fazer encontros culturais. São R\$ 320 mil por mês de receita. A Prefeitura prefere privatizar. Mas é pior do que privatizar; é privatizar impedindo que os permissionários que hoje fazem a limpeza, que hoje fazem manutenção, que colocam fechadura, que fazem o mínimo, além dos alugueis, continuem lá. A Prefeitura não só quer privatizar impedindo que eles participem como a Prefeitura oferece ressarcimento. E é aí que vem a necessidade da emenda da Ver.^a Fernanda Melchionna. Na PMI do Mercado, ele se propõe a ressarcir de R\$ 1,8 milhão para dois milhões e pouco, só o projeto. Só o projeto para concorrer à gestão do Mercado Público. E os critérios do Prefeito incluem experiência com *shopping*, experiência com PPP. A lógica desse Prefeito que aí está é transformar esse espaço público que é referência do povo negro, que tem lá o Bará do Mercado, referência cultural, que tem que manter aquele caráter inclusivo, baixo preço, ele quer pagar por um projeto de gestão privada. Ele se oferece a pagar, a ressarcir o projeto para privatizar o Mercado e só determinadas corporações podem fazer esse projeto, porque precisam ter experiência em PPPs, em *shopping*, etc. e tal.

Essa é a lógica da privatização do Prefeito Marchezan: oferecer dinheiro público. Aliás, na PMI ele diz que está para receber um dinheiro do Monumenta, do PAC das cidades históricas para fazer outras reformas no Mercado Público. Tem cabimento colocar dinheiro, abrir mão de gestão de um bem, de um patrimônio com as características do Mercado Público, abrir mão de receita do Mercado Público?

Hoje, o que faz o Governo Municipal? Ele não tem nenhum centavo no Funmercado, por isso que ele quer aprovar o projeto dos fundos. Porque o dinheiro do Funmercado, que deveria estar sendo reinvestido no Mercado Público, e que porque não está sendo reinvestido, e não é dinheiro público, é receita do Mercado, o Mercado Público está sujo, o Mercado Público é inseguro, o Mercado está todo depredado. Se forem usar o banheiro, vão ver a podridão do banheiro, banheiros escuros, banheiros sujos, imundos e fedorentos, porque a Prefeitura não usa o dinheiro que rende o próprio Mercado. Uma vergonha de Gestão, aliás, Gestão, cuja Secretaria foi para um prédio de luxo, que vai custar R\$ 3 milhões de aluguel nesses três anos, e não cuida do Mercado Público. A Prefeitura de Porto Alegre deixar de gerir, é incompetente para gerir e quer pagar um modelo de gestão, quer pagar um projeto de privatização. Então, nós não podemos permitir, não é essa a lógica. Entregar para a exploração privada, colocando dinheiro público, descaracterizando o Mercado Público e deixando de ouvir a população. Então, esse é só um exemplo da vergonha que é a forma entreguista, a forma de priorização de lucro privado pela qual o Prefeito Marchezan quer ampliar as PPPs. Então, é fundamental aprovar essa emenda da Ver. Fernanda, da bancada do PSOL, reduzindo os recursos, para não haver investimento público - Ver. Bosco, esperamos o

seu voto – para fazer privatização e para fazer PPPs, para favorecer lucros privados e, inclusive, descaracterizando patrimônios culturais nossos, como o Mercado Público.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Alvoni Medina, na condição de Líder da bancada do PRB, nos termos do art. 218, § 6º do Regimento, solicita Licença para Tratamento de Saúde para o Ver. José Freitas, no dia 04 de julho de 2018.

O Ver. Fabrício Lunardi está com a palavra encaminhar a votação da Emenda nº 01, destacada, ao PLE nº 003/18.

VEREADOR FABRÍCIO LUNARDI (NOVO): Colegas, queria discutir com seriedade essa matéria, a respeito dessa diferenciação entre privatização e PPPs. Eu acredito que a gente não pode confundir, pois o projeto trata de PPPs, uma sinergia entre o Estado e a iniciativa privada para, tão somente, que a iniciativa privada faça a gestão daquilo que é público, ou seja, não é uma venda e não é uma transferência. O Poder Público não vai perder esse bem. Então, queria fazer esclarecimento. Acredito que essa emenda, o objetivo dela é acabar com o projeto, porque ele retorna a 1% a quantidade de orçamento que seria disponível para se fazer PPP, e isso, acredito mesmo, não seria bom, seria ruim para a Cidade. Coloco uma pergunta aos meus colegas: Estamos satisfeitos com a Cidade como está? Eu acredito que não, eu acredito que a resposta de todos aqui seria que não estamos. Então por que a gente não pensa em soluções criativas, por que não chamar a sociedade civil para participar de soluções em que a gente onere mais o pagador de impostos e a gente consiga fazer com que os serviços cheguem a mais pessoas? Então, como exemplo, e de novo quero retornar aqui a questão da iluminação: somente a PPP da iluminação vai atingir quase esse 1%, e ela é um grande exemplo de algo benéfico que vai acontecer para a Cidade. A gente vai ter, provavelmente, ambientes mais seguros para a circulação, vai aumentar a autoestima da Cidade, e o dinheiro público que seria destinado para lá vai poder ser destinado a outras áreas que também são tão essenciais e importantes. Então quero deixar essa ideia com os colegas Vereadores: essa emenda é muito prejudicial ao projeto, ela acaba com o projeto, e eu acredito que tornando mais elástico, de 1% para 5%, a gente vai ter mais possibilidade de ajudar a melhorar a Cidade, contando com a participação da livre iniciativa, contando com a participação das pessoas para que a gente consiga fazer com que os serviços que Porto Alegre oferece para a população cheguem ao máximo de porto-alegrenses possível, e com a melhor qualidade de serviços que a gente espera que o Poder Público ofereça para a população. Então, peço, encarecidamente, aos colegas, que a gente olhe com atenção esta emenda e encaminho meu voto contrário, pois acredito, sim, que este projeto vai trazer possibilidades de melhoria para o cidadão de Porto Alegre, sobretudo aquele que hoje não consegue ter acesso aos serviços públicos. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 01, destacada, ao PLE nº 003/18.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Presidente Mônica, Vereadoras e Vereadores, Ver. Bosco, não tinha entendido: tu te referias a uma crítica que fiz à Câmara, mas não ao fato de que a Câmara de Vereadores não trabalha, mas que o poder da Câmara de Vereadores é limitado, e como temos um Governo que busca governar, inclusive, boa parte das vezes, “patrolando” a Câmara de Vereadores, esse controle é menor ainda. Ou a Câmara de Vereadores tem algum controle da corrupção que teve no DEP, ou a Câmara de Vereadores tem algum controle dos problemas que nós temos em todo serviço de lixo? No desmonte que o Governo está fazendo na FASC? Não tem! Não há um controle da Câmara de Vereadores, porque o Poder Legislativo tem uma capacidade muito pequena de ingerência no Poder Executivo. E precisava ter mais, ainda mais quando se trata de um Executivo autoritário como é o Governo Marchezan. Eu vim à tribuna pelo seguinte: aqui se tem uma certa ideia de que parceria público-privada é bom, está errado, viu Bosco? Tu que estás aí, vou insistir contigo. Não, não, o Bosco polemizou, agora vai ter que ouvir, porque parceria público-privada... Se o negócio da parceria público-privada é um bom negócio, qual é a contradição nisso? Eu até tenho um matiz com a tua posição. Eu creio que, como regra a parceria público-privada é um mau negócio para o Estado, por quê? Se é um negócio positivo, empresário nenhum investe sem ter lucro; empresário, por essência, investe para ter lucro. Se tem um setor econômico que valha a pena investir, não tem o porque de o Estado desviar recursos públicos para a iniciativa privada investir. A iniciativa privada, quando tem lucro, investe. Só que, no caso do Estado, se há um setor econômico que tem condições de dar lucro para a iniciativa privada, por que razão o Estado vai entregar para a iniciativa privada? O Estado tem melhores condições de crédito, inclusive, que a iniciativa privada. Muitas vezes, há banco público, no caso de Porto Alegre, não tem banco público, o Estado do Rio Grande do Sul tem. Mas o Município de Porto Alegre também tem capacidade de crédito. Então, o próprio Estado pode investir. Só que aqueles que defendem a lógica liberal, neoliberal, o Fabrício Lunardi, é daqueles liberais – cadê o Fabrício aqui -. O NOVO, eu pensei que fosse novo, mas não é novo, o NOVO defende que dinheiro público seja entregue para a iniciativa privada. Mas eu pensei que eles defendessem um capitalismo, onde o capitalismo investe e ganha lucro. Não, eles querem que 5% da receita de Porto Alegre seja a garantia do investimento dos empresários privados, mas aí é fácil! E se eu sou empresário, amigo do governante, mais fácil ainda! Nós vimos aí, quem acompanhou as denúncias no Fantástico viu, o sujeito que montou uma empresinha na saúde, conseguiu contratar seus amigos para os cargos, recebeu dinheiro público e roubou dinheiro público! Terceirizaram e roubaram dinheiro público, aconteceu em Canoas, aconteceu em Triunfo. Então, não dá para dar dinheiro público para empresa privada. O dinheiro público é público. Se tem um negócio privado, tudo bem; se o Governo quer discutir com empresários que setores eles podem investir, é uma discussão; mas entregar 5% do orçamento da receita para garantir o lucro dos empresários, é uma indecência, e é esse o

projeto do Governo! A emenda que nós fizemos tenta inibir essa indecência, e como a Fernanda disse muito bem: esses recursos faltam para a saúde, faltam para a educação, faltam para a cultura, e o Governo Marchezan quer dar de presente para a iniciativa privada. Sinceramente, eu acho que, se um negócio tem lucro, os capitalistas podem muito bem investir nele, mas não cabe ao Estado, não cabe ao interesse público garantir esse lucro por antecipação. Se há possibilidade de ter bons negócios, os capitalistas que invistam o dinheiro deles, não o dinheiro nosso. Com o dinheiro nosso, acho que é bom não mexer! Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 01, destacada, ao PLE nº 003/18.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Obrigado, Ver.^a Mônica, comandando os trabalhos, Vice-Presidente da Casa. Essa discussão que estamos fazendo aqui, na minha lógica, eu não sou contra a privatização, mas tem privatizações e privatizações. Têm algumas a que eu sou contra, têm outras a que eu sou a favor; nesse lado, eu não sou da esquerda radical nem da direita radical, que me parece ser um dos grandes problemas do País no momento.

As Emendas que nós estamos fazendo aqui, que meus colegas estão propondo, têm vários ângulos, como corrigir, muitas vezes, esse processo.

Eu quero dizer aqui um pouquinho o meu lado da esquerda. Olha, se tudo o que os governos entregaram para a iniciativa privada foi certo, tem muita coisa que deu errado. Tem muita coisa que deu errado! E uma das causas principais da corrupção neste País advém da relação entre empresários, muitas vezes, entre Município, Estado e União. Se não tiver a contrapartida para a sociedade, aí me chamem de esquerda, porque eu quero a contrapartida para a sociedade. Não tem por que o cidadão entregar tudo para o grande empresário, e este não devolver, com contrapartida, para a sociedade. Por outro lado, o lado da direita, as PPPs são bem-vindas, desde que estejam bem reguladas, desde que elas estejam bem enquadradas. Aqui os meus colegas citaram, e eu dou razão, que esse projeto não passou por nenhuma Comissão; não houve debate que pudesse esclarecer essas coisas! Às vezes a urgência trava esse debate aqui, que é bom, mas, por outro lado, se não tivesse urgência, e se tivesse passado pelas Comissões, nós estaríamos mais tranquilos para defendermos ou até para corrigirmos. Por que não? Então, a grande questão é esta: às vezes a pressa traz os defeitos, sem debate, traz a incorreção; automaticamente, podemos aprovar, se tem dúvida, uma coisa que é boa, mas que se torna não tão boa porque não foi debatida. Estou propício a votar a favor das PPPs, não sou contra, desde que tenha clareza na intenção de colaborar com a cidade e com o cidadão, a contrapartida. O que se vê há muito tempo na nossa Cidade são grandes empreendimentos que não têm contrapartida para a sociedade, para a comunidade daquele lugar. Constroem prédios, edifícios numa região da Cidade, e não fazem contrapartida na comunidade. Quando se vê, tem uma ciclovia lá no outro lado da

Cidade que não tem nada a ver com aquilo. Então, o debate é muito bom sobre esses aspectos. É claro que cada um vai puxar para o seu assado, a ideologia de esquerda vai puxar dizendo que é contra. Nós temos que chegar a um denominador, a um meio termo, onde possamos aproveitar bem o lado bom daquilo que disse o Robaina, que é da esquerda, e o lado bom do que disse o Ricardo, que é do lado da direita. Se nós ficarmos puxando cada um para um lado, os dois lados são capazes de não ter razão, mas se encontrarmos um equilíbrio, aquilo que seja bom para a sociedade, fazendo a contrapartida e devolvendo para a sociedade, pode ser bom. Agora, se nós entregarmos o dinheiro do Município para a iniciativa privada e ela não fizer a contrapartida para a sociedade, passa a ser um mau negócio. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 01, destacada, ao PLE nº 003/18.

VEREADORA SOFIA CAVEDON (PT): Sra. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; o Ver. Ricardo Gomes deveria vir explicar a contradição que eu aponte. O Ver. Ricardo Gomes foi, recentemente, Secretário de Desenvolvimento, é sob a sua pasta que estava o Mercado Público. O Mercado Público está abandonado, numa demonstração de incompetência proposital do Governo, proposital para fazer PPP.

(Aparte antirregimental do Ver. Ricardo Gomes.)

VEREADORA SOFIA CAVEDON (PT): Não botou fogo no Mercado, mas não encaminhou. Eu quero dizer o seguinte: desde o início do ano passado... É fácil vir aqui acusar a Presidenta Dilma. Eu quero que aponte onde PPPs da Presidenta Dilma deram prejuízo para a cidadania, porque, comparando os pedágios – olha que eu sou contra pedaggiar estradas! – das federais da Presidenta Dilma, que eram R\$ 1,00 ou R\$ 1,50 com os R\$ 3,00, R\$ 5,00, R\$ 7,00, R\$ 8,00 dos Governos do PP no Estado do Rio Grande do Sul e no Paraná... Lá é uma vergonha, estão suspensos por fraude, por corrupção, por preço majorado, maior do que o possível. Quero que demonstre aqui, Ricardo. A sua Secretaria, que agora vai ocupar um prédio luxuoso, que vai gastar R\$ 3 milhões, está deixando o Mercado Público na miserabilidade em que está. Não consegue nem fazer a gestão de R\$ 320 mil reais por mês. Sabem por quê? Para não fazer PPP, não fazer parceria com os permissionários, não quer. Não quer, porque o seu único compromisso, Ricardo Gomes, é entregar para as incorporadoras, para as gestoras de *shoppings*.

(Aparte antirregimental do Ver. João Carlos Nedel.)

VEREADORA SOFIA CAVEDON (PT): É verdade, Nedel! Nedel, vai comigo ao Mercado Público, vai no banheiro público masculino do Mercado para ver em que estado está!

(Aparte antirregimental do Ver. João Carlos Nedel.)

VEREADORA SOFIA CAVEDON (PT): Não, está às escuras, está quebrado, sujo, pichado e, inclusive, sem luz. Essa é gestão pública, que tem dinheiro que não é público, é dinheiro do próprio Mercado. Portanto, estamos dizendo que não dá para ampliar recurso a um modelo de PPP, que só quer entregar, para o lucro da iniciativa privada, os setores públicos. É isso que está colocado, que está realizado pelo Prefeito Marchezan. Vou mais longe. Nós temos uma gestão que faz questão de dizer que está quebrada, que não tem recursos, e a Ver.^a Fernanda falava, no final do ano, do parcelamento do 13º salário dos municipais. A mesma Prefeitura que parcelou o 13º salário, anuncia que fechou o ano com superávit. Esta Prefeitura, este Prefeito tem que responder por que ele vai pagar para os bancos R\$ 17 milhões de juros e correção monetária. Por que ele vai pagar para o banco, se ele tinha dinheiro para pagar a folha? Perguntei ao Ver. Moisés Barboza ontem, na rádio. Se o próprio Prefeito está dizendo que fechou o ano com superávit de R\$ 167 milhões e a folha do 13ª salário era de R\$ 132 milhões, por que não pagou o 13º salário? Agora, vai pagar, para os bancos, juros e correção monetária. Esse é o mau uso do dinheiro público. Não é toda PPP que é ruim, e vou falar de uma que é boa: a parceria público-privada com as creches comunitárias, com as entidades da sociedade civil. Elas tiram dinheiro do bolso – essas, sim, os pais, as famílias, colocam dinheiro nessa parceria, e essa parceria faz o atendimento a mais de 20 mil crianças, de zero a seis anos; essa parceria com entidades privadas é boa. O Município gasta menos do que o custo dessas instituições; a sociedade coloca recursos ali e temos um atendimento à educação infantil fundamental para a Cidade. Infelizmente, é onde não deveria ter parceria, porque ali deveríamos suprir a educação infantil com dinheiro público e não fazer PPP. Agora, colocar recursos no Mercado Público num montante de R\$ 2 milhões só para fazer um projeto para privatizar, não dá para autorizar! Se a gente não apoiar a emenda da Ver.^a Fernanda, do Ver. Alex e do Ver. Robaina, nós vamos autorizar pagar um projeto para privatizar o Mercado Público, onde foram colocados milhões, milhões de dinheiro público para recuperar o incêndio do Mercado. Milhões foram colocados: dinheiro público federal, do seguro dos permissionários e do próprio rendimento do Mercado. Então, nós não podemos apoiar a colocar recursos públicos para que tenha lucro a iniciativa privada. É isto que a emenda faz, impede isto. Vamos fazer PPP, sem colocar dinheiro público. Sem colocar dinheiro público! Esta é a nossa posição, e eu acredito que ela seja razoável, porque dinheiro público precisa para muitas questões, por exemplo, para a cultura, que não tem um centavo no Fumproarte. Nenhum centavo! Coloca esse R\$ 1,8 milhão, que ele quer privatizar o Mercado Público, nos artistas, para fazerem os seus CDs, as suas obras de arte. Essa é a melhor destinação do dinheiro público.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Apregoo a Emenda nº 06, de autoria dos Vereadores Comandante Nádia e Mendes Ribeiro, ao PLCE nº 010/18.

Apregoo a Subemenda 01, de autoria dos Vereadores Comandante Nádia e Mendes Ribeiro, à Emenda nº 06 ao PLCE nº 010/18.

Apregoo e defiro o Requerimento de autoria do Ver. Mendes Ribeiro, solicitando que sejam votadas em destaque a Emenda nº 06 ao PLCE nº 010/18 e a Subemenda nº 01 à Emenda nº 06 ao PLCE nº 010/18.

Em votação nominal, solicitada por esta Presidência, a Emenda nº 01, destacada, ao PLE nº 003/18. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 09 votos **SIM** e 17 votos **NÃO**.

Em votação a Emenda nº 02, destacada, ao PLE nº 003/18. (Pausa.) A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADORA FERNANDA MELCHIONNA (PSOL): Eu quero encaminhar, em nome da Bancada do PSOL, a emenda do Ver. André Carús e do Ver. Mendes Ribeiro, que a protocolaram, colocando a obrigatoriedade dos projetos incluídos que integrarão o plano municipal de parcerias público-privadas, o qual será submetido à aprovação, mediante decreto, após a realização de consulta pública, ou seja, obriga algum tipo de consulta pública em caso de privatizações. Eu acho que é uma emenda que resguarda a participação popular e a necessidade de consulta, de democracia, que é um dos temas que, lamentavelmente, são atropelados no projeto – não é o único, mas é um dos temas que o projeto atropela de uma forma brutal. E, do ponto de vista da lógica, eu acho até que seria necessário plebiscito para algumas matérias. Eu sei que tem um projeto do Ver. Oliboni que está tramitando sobre o caso da Carris, pela obrigatoriedade de um plebiscito, inclusive tem a assinatura dos dois Parlamentares para poder tramitar na Câmara de Vereadores, alterando a Lei Orgânica. Essas obrigações salvaram uma série de órgãos públicos ao longo do último período. Eu, como encaminhamento, quero deixar claro o voto favorável, em nome dos Vereadores da Bancada do PSOL, mas quero só responder ao Ricardo que, se fossem deficitárias, as empresas não teriam interesse em fazer uma parceria público-privada. Para isso, tem os riscos que são assumidos pelo Município, e este projeto, que espero não seja aprovado, aumenta os riscos que o Município terá em assumir, ou melhor, os recursos podem ser tirados de várias áreas para assumir os riscos privados do lucro privado. Nenhuma empresa faz parceria público-privada para não ganhar. Agora, se é lucrativo, por que não pode ser o Estado a lucrar e incentivar as áreas sociais? Por que não? Porque vocês defendem uma lógica em que o Estado tem que financiar interesses privados - essa é a nossa diferença! Essa é absolutamente a nossa diferença; nós achamos que o Estado tem que defender e respeitar as áreas sociais e que, de preferência, seja gerido pelo povo, por conselhos populares, pelo controle social, por mecanismos de participação, obviamente não por quadrilhas partidárias que aproveitam o processo de participação, de terceirização, inclusive de parceria público-privada, para roubar dinheiro público, que foi o que aconteceu agora na Região Metropolitana com um verdadeiro cabide de empregos por parte de alguns partidos, que terceirizavam

determinados setores e contratavam apoiadores para trabalhar nesses empregos terceirizados, financiados com dinheiro público, ou os milhões surrupados pelas grandes empreiteiras, etc., além de tantas outras investigações sobre corrupção que acontecem no nosso País - esse é o tema. Qual é a lógica que o Estado tem que seguir? Tem gente que acha que o Estado não pode e nem deve, deve seguir financiando interesses e gerando lucros para os interesses privados. Não acho! Concordo com adoção de praça, o que talvez não seja um exemplo, talvez, de parceria pública, embora se possa discutir. Agora, vamos pegar exemplos recentes: se não significou a piora dos serviços, as privatizações e o aumento da tarifa? Os caras estão resgatando água pública em vários lugares do mundo, por quê? Porque privatizaram, ficou caro e ruim. Então, nós precisamos, sim, ter uma política muito clara. E nós temos uma política muito clara, evidentemente, com relação às parcerias público-privadas. Nós não somos contra tudo, ao contrário, viu, Ricardo? Nós somos a favor da maioria do povo, 99% que trabalha, que é assalariada, que é terceirizada, que está sofrendo com o desemprego. São 14 milhões de desempregados, enquanto tem seis bilionários que controlam a mesma renda que 100 milhões de brasileiros. Nós estamos ao lado dos 99% que trabalham, contra esse 1% e seus lacaios no Parlamento, no Congresso, que usam, muitas vezes, os seus mandatos para defender interesses privados.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 02, destacada, ao PLE nº 003/18.

VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (PT): A Ver.^a Sofia Cavedon já leu aqui o parágrafo que pretende excluir o parágrafo único do art. 16. O que diz o parágrafo único? Que os projetos serão submetidos à consulta pública. Eu realmente não consigo entender; ou consigo entender, melhor dizendo, por que um Prefeito quer tirar a possibilidade, com todos os seus limites? Eu quero falar aqui, depois, dos limites de uma consulta pública, mas de qualquer forma é melhor tê-la do que não tê-la. E não sou que estou dizendo, ruim com ela pior sem ela, Ver. Bosco, justamente. Não é à toa que o próprio Judiciário tem barrado inúmeros projetos de lei, inúmeros empreendimentos no Brasil todo, o nosso Judiciário brasileiro, quando falta justamente esse requisito da consulta pública, simplesmente ouvir a população. Eu quero falar dos limites de se ouvir a população, porque é realmente uma pena, para quem acompanha a nossa história aqui de Porto Alegre, a história dos grandes empreendimentos, das lutas sociais, perceber que, mesmo naquelas audiências públicas obrigatórias em que massivamente as pessoas que compareceram às audiências, estou falando aqui do Cais, estou falando da chamada revitalização da orla, do Pontal do Estaleiro, enfim, eu digo que em todas as audiências que aconteceram, pelo menos, nos últimos quatro ou cinco anos, do Plano Diretor Ciclovitário, todas essas. Eu me lembro bem, Ver. Mauro Zacher, a massiva participação e a contrariedade dos projetos que eram encaminhados pelo

Executivo. E, no entanto, isso não influenciou em nada, nenhuma alteração do projeto, nenhuma mudança de política. Se pegar tema por tema, nós tivemos, inclusive foi comentado recentemente, a presença do Jaime Lerner aqui na Câmara, e eu estava presente nessa audiência, houve, sim, oposições, vaias. Inclusive o Prefeito na época, o Fortunati, determinou que ninguém mais do Executivo deveria participar de audiências públicas. E foi uma pena, porque ele cumpriu a promessa, a audiência seguinte tratava do Plano Diretor Ciclovitário, e não apareceu nenhum representante do Executivo em uma audiência pública. Então, eu estou aqui falando dos fortes limites que são as consultas públicas, mas sem elas não podemos ficar. E o fato, Ver. Moisés, de o seu Prefeito, cujo Governo na Câmara o senhor lidera, mandar para cá retirando a consulta pública... Não sei se o senhor vai subir aqui... Bom, se vai ter consulta pública...

(Aparte antirregimental do Ver. Moisés Barboza.)

VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (PT): Ah, vocês vão apoiar a emenda, então? Ah, bom, já fico mais tranquilo.

(Aparte antirregimental do Ver. Moisés Barboza.)

VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (PT): Sim, eu estou discutindo justamente a emenda do PMDB que estou encaminhando favoravelmente, mas o que estranho é o projeto do seu Prefeito chegar a esta Casa retirando a consulta pública, é disso que nós estamos falando. Então, estou entendendo aqui que o Governo recuou, fez sem querer, entre aspas, Ver.^a Sofia, assim como com a cobrança da Feira do Livro – cobrou sem querer. Saiu um boleto, Ver. Mauro, sem querer; aqui chegou um projeto tirando a consulta pública... Opa, alguém fez lá e botou um parágrafo: “Revogo o art. 5º”. Então, provavelmente foi culpa do estagiário que elabora os projetos de lei do Executivo Municipal. Espero que o Governo esteja orientando a sua base a votar favoravelmente à emenda, portanto mudando o projeto original, eu não vou ficar tripudiando em cima, porque não sou tão ingênuo de acreditar que foi um mero erro. Está aqui a fala do Prefeito, seguidamente ele diz que só vai mudar a Cidade se a elite política, empresarial e da mídia fizerem um acordo. Ou seja, ele realmente não quer escutar o povo de Porto Alegre. E aqui está admitido: manda um projeto para cá que retira a necessidade de consulta. Que bom, espero que agora, no voto, fique claro isso e nós aprovemos por unanimidade essa emenda da bancada do PMDB. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação nominal, solicitada por esta Presidência, a Emenda nº 02, destacada, ao PLE nº 003/18. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADA** por 24 votos **SIM** e 01 voto **NÃO**.

Apregoo a Emenda nº 07, de autoria da Ver.^a Sofia Cavedon e do Ver. Aldacir Oliboni, ao PLCE nº 010/18.

Apregoo e defiro o Requerimento de autoria da Ver.^a Sofia Cavedon, solicitando que seja votada em destaque a Emenda nº 07 ao PLCE nº 010/18.

Em votação a Emenda nº 04, destacada, ao PLE nº 003/18.

VEREADORA SOFIA CAVEDON (PT): Ver.^a Mônica, a Emenda nº 03, que a bancada do PT retirou, era idêntica à emenda que o Ver. Carús, da bancada do PMDB, apresentou. Nós ficamos contentes que foi aprovada; sendo a autoria do PMDB, o governo apoiou, e nós queremos dizer, Ver. Oliboni, que retiramos para favorecer a aprovação da emenda. Ficamos muito contentes por ter sido mantida a consulta popular.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Feito o registro. A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 04, destacada, ao PLE nº 003/18.

VEREADORA SOFIA CAVEDON (PT): Nós precisamos explicitar as razões do nosso Líder, Ver. Aldacir Oliboni sobre a nossa Emenda nº 04, que não serão suscetíveis de celebração de PPPs os serviços de assistência social, saúde e educação no Município de Porto Alegre, excetuando-se as parcerias previstas e permitidas pela Lei Federal nº 13.019 de 31 de julho de 2014. Eu gostaria de explicitar essa diferença. Esta lei é a lei do novo marco regulatório que estabelece os parâmetros para as parcerias com ONGs, com as entidades da sociedade civil, não com empresas. Porque nós temos, só no Município de Porto Alegre, só em educação, só com instituição de educação infantil, 246 creches comunitárias, mas não são PPPs, no sentido estrito; é uma parceria a partir do marco regulatório. É também uma parceria, mas é um marco regulatório de relação Estado/sociedade civil, Ver. Goulart, que nos interessa muito. Porque o Município tem parceria para o atendimento a idosos, abrigo para idosos, atendimento a pessoas com deficiência. O Município tem parceria no atendimento do contraturno escolar com muitas entidades da sociedade civil, o Município tem parcerias para abrigos de crianças e adolescentes, tem parceria para atendimento rua, para abrigo e situação rua. Tudo isso está estabelecido através do marco regulatório, através desta legislação federal de 2014, e o decreto que o Prefeito Marchezan fez, que regulamentou esta legislação. Então nós estamos dizendo que a assistência social – gostaria que as senhoras e os senhores prestassem atenção -, saúde e educação têm parceria com a sociedade civil, mas através desta legislação, não para empresas. Não para ceder a empresas, como eventualmente levantou essa hipótese o Prefeito Marchezan, em relação à assistência social. Ele disse que a assistência social não dava lucro e que ele ia privatizar. Ora, o Município não pode abrir mão da assistência social, inclusive ele recebe recursos, fundo a fundo, para a área da assistência social, e ele precisa entender que a assistência social não é uma área lucrativa, não é uma área que vai dar lucro, é uma área que atende os mais vulneráveis da cidade de Porto Alegre. Então, não é possível nessas áreas onde o Município precisa prestar serviço, onde a população é hipossuficiente, e, em muitas situações dessas, estabelecer PPPs, mas, sim, através do marco regulatório.

V. Exa. entendeu, Ver. Aírto Ferronato? Sua posição sobre esta emenda é muito importante. Nós, aqui, estamos separando, Ver. Reginaldo Pujol, o que são as relações nas áreas sociais, que têm que se dar com a iniciativa privada, nós aprovamos que se deem; mas é através da Lei Federal nº 13.019, que é a do marco regulatório das relações Estado e sociedade civil. Então, parece-nos muito importante que esta Emenda seja aprovada por esta Câmara porque nesse caso das áreas sociais não se tratam de PPPs, tratam-se de parcerias com entidades da sociedade civil, através do marco regulatório. Então, a nossa Emenda visa separar esses dois tipos de parcerias: uma que é com empresas, que é o que trata a lei em discussão; e a outra é com a sociedade civil, que são importantes, que têm custos, sim. O Município deve aportar recursos, mas nem tudo ele pode fazer sozinho; e ao fazer com a sociedade civil ele alcança mais pessoas, de uma forma, inclusive, muitas vezes, mais desburocratizada, mais ágil e faz um atendimento à população, mas vulnerável do Município de Porto Alegre. É por isso que achei que era importante explicar e solicito o apoio dos nobres Pares. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Solicito que o Ver. Mauro Pinheiro assuma a presidência dos trabalhos.

(O Ver. Mauro Pinheiro assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (REDE): Em votação nominal, solicitada por esta Presidência, a Emenda nº 04, destacada, ao PLE nº 003/18. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADA** por 14 votos **SIM**, 13 votos **NÃO** e 01 **ABSTENÇÃO**.

VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB): Presidente, estaremos encaminhando, por escrito, o pedido de renovação de votação da Emenda nº 04 ao PLE nº 003/18.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (REDE): Em votação a Emenda nº 06, destacada, ao PLE nº 003/18. (Pausa.) O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como autor.

VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, esta Emenda, eu já tinha apresentado num projeto, no ano passado, e num projeto que reapresentei e continua tramitando nesta Casa. O projeto, no ano passado, foi derrotado por dois votos; pedi renovação de votação, mas terminou o ano legislativo e reapresentei este ano. Talvez esta Emenda resolva e eu peça até, Presidente, arquivamento do projeto, que diz respeito ao Mercado Público, na verdade. Mas eu não podia colocar aqui o nome do Mercado Público, que garanta, na verdade, que com o Mercado Público seja feita a parceria público-privada com os

permissionários do Mercado Público, e não o que saiu no edital, que terá que ter experiência em administração de *shopping*. Todos sabem que aquilo ali é uma questão de conhecimento de uma atividade que funciona há séculos, e que a população de Porto Alegre vai ali e consegue comprar três fatias de mortadela; consegue comprar um bife, uma mão de guisado; consegue comprar um saquinho de erva mate; consegue comprar cem gramas de arroz, cem gramas de feijão, principalmente, as pessoas que moram no Centro de Porto Alegre ou que estão de passagem, consigam comprar um pedaço de peixe, um pedaço de carne. É a vida da nossa Cidade, e os comerciantes ali no Mercado Público fornecem alimentação que vai desde o famoso PF, prato feito, das pessoas se alimentam dentro dos restaurantes do Mercado Público, até os restaurantes mais sofisticados, que servem para atrair os turistas, os gostos mais refinados, e, agora, há pouco tempo, foi mediada por vários Pares desta Casa uma negociação com os permissionários, junto com a Prefeitura, para saldar uma dívida que tinha a Prefeitura com ex-funcionários, colaboradores, e foi também resolvida a questão do PPCI. Então, nada mais justo que se faça isso, é uma parceira público-privada, os permissionários se botaram à frente, o Ver. Ricardo Gomes teve um papel importantíssimo nessa questão do Mercado Público, de negociar o PPCI, de negociar a questão das estruturas necessárias do Mercado Público para resolver a abertura da parte de cima, uma série de coisas. Então, esta emenda tende a fazer isto: resolver essa questão. Hoje é o único prédio que funciona dessa forma na cidade de Porto Alegre, então viemos pedir aos Pares a aprovação desta emenda que garante esse prédio secular, onde várias manifestações culturais ocorrem, manifestações religiosas, que a população pode adquirir desde o chá a granel até os frios mais nobres, das carnes mais nobres até as mais populares, uma infinidade de produtos que o nosso Mercado oferece, e lá dentro os seus comerciantes conhecem a atividade do Mercado no dia a dia e estão dispostos a atender e empreender o ritmo que a Cidade exige. Sou oriundo do comércio, e o comércio funciona conforme a população determina, conforme o mercado determina; se o mercado estiver pujante, se a cidade de Porto Alegre oferecer as condições – o Ver. Mauro Pinheiro também é do comércio e sabe bem disso – necessárias, principalmente de infraestrutura e segurança pública, nós teremos um Centro Histórico pulsando, teremos um Centro Histórico, todo ele, não somente o Mercado Público, aberto para receber a população, mas, para isso, nós precisamos de segurança pública, nós precisamos de um sistema de transporte que funcione. Já se tentou revitalizar o Centro, com a Travessa Acilino Carvalho funcionando 24 horas, tenho certeza de que as lojas das ruas Dr. Flores, Rua dos Andradas, Vigário José Inácio e Marechal Floriano Peixoto teriam interesse em funcionar 24 horas, tenho certeza que os bares também teriam interesse. Hoje, é permitido ao comércio de Porto Alegre abrir em domingos e feriados, não o faz por questão de economia e segurança. Agora, o nosso Mercado Público precisa ficar na mão de quem conhece o mercado, de quem conhece o seu funcionamento, de quem é, como se diz na linguagem, o *métier*, de quem sabe o que ali funciona e do que a Cidade precisa. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (REDE): O Ver. Mendes Ribeiro está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 06, destacada, ao PLE nº 003/18.

VEREADOR MENDES RIBEIRO (PMDB): Sr. Presidente, Ver. Mauro Pinheiro; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, eu acho esta emenda do Ver. Janta importante, acho um assunto que a gente já defendeu aqui nesta tribuna. Eu vejo que não há uma parceria público-privada melhor do que com os permissionários que estão lá no mercado, mas eu votaria a favor se fosse direcionada para o Mercado Público.

Quando se fala em prédios históricos em que existe comércio, entra o Mercado do Bom Fim, entra o Viaduto Otávio Rocha. E como nós vamos revitalizar essas outras áreas se não houver parceria público-privada? Então quero dizer aos colegas que, se fosse direcionada apenas ao Mercado Público, eu votaria a favor à emenda do Ver. Janta, porque entendo que o Mercado Público tem que ficar nas mãos dos permissionários. Precisamos apoiar os permissionários no controle do mercado. Agora, se tratando de prédios históricos onde há comércio, acho que nós não vamos poder e conseguir revitalizar os outros espaços públicos que temos em Porto Alegre. Nós sabemos da dificuldade do Poder Público. Hoje, o Poder Público não tem condições de arcar, de investir; e o Poder Público precisa, sim, necessita, sim, da iniciativa privada para poder investir e entregar resultado para a população de Porto Alegre. Muito obrigado, até mais.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (REDE): O Ver. João Bosco está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 06, destacada, ao PLE nº 003/18.

VEREADOR JOÃO BOSCO VAZ (PDT): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, na realidade, Ver. Mendes Ribeiro, o Ver. Janta fez uma Emenda mais abrangente porque ele não pode fazer uma Emenda para um único prédio histórico. Por isso essa emenda do Ver. Janta é uma emenda maior.

Mas enquanto nós estamos aqui discutindo PPP, eu quero levantar um assunto que diz respeito ao que estamos discutindo aqui. Recentemente foi inaugurada a orla, e eu lembro, quando Secretário da Copa, que os quiosques novos foram garantidos para os ambulantes que ali estavam, há vinte ou trinta anos, foram cadastrados pela SMIC, aceitaram ir para o outro lado da rótula das cuias. Essa Câmara garantiu esse acordo, porque os ambulantes teriam nessa parceria público-privada, com a Prefeitura, de ficar ali na orla durante dez anos, e só ficaram seis, porque iniciou a obra. E agora o que está acontecendo? O Sr. Prefeito Nelson Marchezan não quer cumprir e entregar a esses ambulantes, que ficaram na orla ali, vinte ou trinta anos, os quiosques novos, para que fiquem os outros quatro anos. E esse foi um acerto com a SMIC, com esta Casa, com a assinatura do Prefeito Fortunati. E os ambulantes que ali estavam, aceitaram sair,

em função deste acordo, desta parceria público-privada! E aí, quando nós temos uma orla linda, maravilhosa e revitalizada, se passa ali, os ambulantes estão lá naquelas barracas imundas, sujas, mal acomodados, vendendo maionese em isopor, quando já poderiam estar ali!

Então, como é que nós estamos aqui discutindo parceria público-privada, se o Sr. Prefeito não quer cumprir com esses ambulantes? É uma dificuldade entender determinados movimentos políticos, determinadas posições políticas, determinadas ações, se tem um contrato assinado, os ambulantes foram cadastrados. Lembro da Copa, queriam tirá-los dali, mas eu dizia, se estão ali há 20 anos, agora que é o momento de ganhar dinheiro, eles precisam ficar ali. Como Secretário da Copa, em parceria com a SMIC, nós deixamos os ambulantes ali. Eles saíram para que a orla fosse revitalizada e não voltaram até agora porque o Sr. Prefeito não quer cumprir e quer fazer nova licitação. Então, só vim aqui para defender essa emenda do Ver. Janta e dizer que essa posição do Governo em relação aos ambulantes da orla vai na contramão do que estamos discutindo aqui. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

VEREADOR FABRÍCIO LUNARDI (NOVO) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito verificação de quórum.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (REDE): Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pelo Ver. Fabrício Lunardi. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Doze Vereadores presentes. Não há quórum.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (REDE) – às 17h59min: Encerrada a Ordem do Dia.

VEREADOR JOÃO CARLOS NEDEL (PP) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito um minuto de silêncio pelo falecimento do Sr. Alceu Cóssio, ex-funcionário desta Casa, que trabalhou 40 anos como taquígrafo.

VEREADOR ALVONI MEDINA (PRB) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito um minuto de silêncio pelo falecimento do Sr. Júlio Paim, sobrinho do Ver. José Freitas.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (REDE): Deferimos os pedidos.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (REDE): Passamos à

PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/05 minutos/com aparte)

1ª SESSÃO

PROC. Nº 2132/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 238/17, de autoria do Ver. Mauro Pinheiro, que denomina Rua Gil Ozi Goulart Sobrinho o logradouro público cadastrado conhecido como Rua R – Vila Esmeralda –, localizado no Bairro Lomba do Pinheiro.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (REDE): Não há inscritos para discutir a Pauta. Está encerrado o período de discussão de Pauta.

Estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 18h01min.)

* * * * *